

**ESPECIALISTA LEGISLATIVO NÍVEL III – ADMINISTRAÇÃO  
GERAL (PÓS-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

o cartão-resposta das questões objetivas.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e siga atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo.

**3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;

Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

### CÓDIGO:

2512048902M

### TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

### NUMERAÇÃO:

1º Simulado

### NOME DO ÓRGÃO:

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro  
ALERJ

### CARGO:

Especialista Legislativo Nível III – Administração Geral

### MODELO/BANCA:

FGV - Fundação Getúlio Vargas

### EDITAL:

Pós-Edital

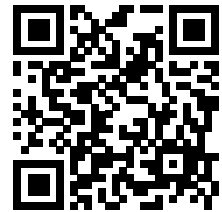
### DATA DE APLICAÇÃO:

12/2025

### ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

12/2025

Avalie nossos  
simulados:



*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

## ALERJ - 1º SIMULADO - ESPECIALISTA LEGISLATIVO NÍVEL III - ADMINISTRAÇÃO GERAL (PÓS-EDITAL)

### Língua Portuguesa

#### Lucas Lemos

1

Leia o fragmento abaixo para responder à questão:

“Pesquisas recentes revelam que a poluição sonora nas grandes cidades ultrapassa, em muitos casos, os limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde. O excesso de ruídos constantes pode provocar estresse, distúrbios do sono e até prejuízos cardiovasculares.”

A função predominante no fragmento é:

- (A) apresentar uma sequência de ações encadeadas no tempo.
- (B) caracterizar sensações por meio de descrições subjetivas.
- (C) defender um ponto de vista sobre políticas urbanas.
- (D) informar dados e explicar fenômenos de modo objetivo.
- (E) instruir o leitor sobre como evitar problemas causados pelo ruído.

2

Assinale a alternativa em que o adjetivo destacado funciona como adjetivo de relação.

- (A) A equipe visitou uma comunidade **mineradora**, cuja economia depende diretamente da extração de minério.
- (B) Depois da tempestade, caminhamos pela trilha **lamacenta**, dificultando o avanço até o mirante.
- (C) O palestrante apresentou uma explicação **clara**, facilitando o entendimento do tema pelos iniciantes.
- (D) O atleta concluiu a corrida **exausto**, mas satisfeito com seu desempenho.
- (E) A professora recebeu os alunos com uma postura **acolhedora**, criando um ambiente leve para a aula.

3

Em relação à colocação pronominal, assinale a alternativa correta.

- (A) Me avisaram pela manhã que a defesa do projeto foi adiada.
- (B) Nunca observou-se tanta precisão nos resultados daquele laboratório.
- (C) Talvez, diga-me algo mais concreto depois da conferência.
- (D) O palestrante entregará-lhe o certificado ao término da apresentação.
- (E) Que comentaram-nos sobre a alteração do cronograma.

4

Observe a frase:

**Houve** inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado.

A forma destacada pode ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original, por:

- (A) Ocorreu inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado.
- (B) Tinha inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado.
- (C) Existiram inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado.
- (D) Apresentou inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado.
- (E) Surgiu inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado.

5

Assinale a alternativa em que o termo destacado pertence a uma classe gramatical diferente das demais.

- (A) O professor ficou **bastante** satisfeito com o desempenho da turma.
- (B) Tenho **bastante** material para revisar antes da prova.
- (C) A aluna estava **bastante** nervosa antes da apresentação.
- (D) Estudamos **bastante** para a avaliação final.
- (E) O conteúdo deste capítulo é **bastante** complexo.

6

Assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam relação de sinonímia.

- (A) parcimonioso / imprudente
- (B) exíguo / diminuto
- (C) efêmero / perene
- (D) altivo / submisso
- (E) reticente / expansivo

**7**

Leia a frase seguinte:

*A cidade, cansada após tantos dias de caos, finalmente respirou aliviada com o amanhecer.*

Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem empregada no trecho.

- (A) Antítese
- (B) Metonímia
- (C) Personificação
- (D) Comparação
- (E) Hipérbole

**8**

Analise a frase a seguir:

*Ela cancelou a viagem por estar se sentindo muito mal.*

A preposição “por”, no trecho acima, expressa a seguinte relação semântica:

- (A) Finalidade
- (B) Companhia
- (C) Causa
- (D) Comparação
- (E) Concessão

**9**

Considerando as regras de acentuação gráfica, assinale a alternativa que justifica adequadamente o acento das três palavras a seguir: “tráfico”, “saída” e “anéis”.

- (A) Todas são proparoxítonas.
- (B) Todas apresentam hiato.
- (C) Uma é proparoxítona; outra apresenta hiato; e a última é oxítona terminada em ditongo.
- (D) Todas são oxítonas terminadas em “éis”.
- (E) Uma é paroxítona com ditongo; outra é oxítona; e a última é paroxítona com hiato.

**10**

Assinale a alternativa em que o uso da crase está correto.

- (A) O diretor referiu-se à pedido dos funcionários durante a reunião.
- (B) Entreguei o relatório à ele assim que finalizei a análise.
- (C) A reunião ocorrerá à partir das nove horas.
- (D) O pesquisador retornou a instituição onde iniciou sua carreira.
- (E) As explicações foram dadas à medida que os dados eram apresentados.

## Raciocínio Lógico-Matemático

### Diego Ribeiro

**11**

Considere as proposições:

A: “Todo parecer técnico emitido pela assessoria legislativa foi revisado pela Comissão de Finanças.”

B: “Algum parecer técnico emitido pela assessoria legislativa não foi revisado pela Comissão de Finanças.”

A relação lógica entre A e B é:

- (A) A e B são ambas verdadeiras
- (B) A implica B
- (C) B implica A
- (D) B é a negação lógica de A
- (E) A e B são independentes entre si

**12**

Em um levantamento interno da ALERJ, foram coletados dados sobre três conjuntos de servidores:

L: servidores lotados em comissões permanentes;

C: servidores com experiência em consultoria orçamentária;

J: servidores habilitados em linguagem jurídica avançada.

Sabe-se que:

- Todo servidor com experiência em consultoria orçamentária é lotado em comissão permanente.
- Existe servidor lotado em comissão permanente que não é habilitado em linguagem jurídica avançada.
- Há servidor habilitado em linguagem jurídica avançada que não tem experiência em consultoria orçamentária.

Assinale a alternativa que apresenta o diagrama de conjuntos que necessariamente representa essa situação.

- (A) C está contido em L, e J está contido em C
- (B) C está contido em L, e J é disjunto de C
- (C) C está contido em L, e J tem interseção com L, mas não está contido em C
- (D) L está contido em C, e J está contido em L
- (E) L, C e J são três conjuntos mutuamente disjuntos

**13**

Em uma pesquisa interna da ALERJ sobre conhecimento de línguas estrangeiras entre servidores de uma determinada área, obteve-se o seguinte:

- 60 servidores foram consultados.
- 35 falam inglês.
- 28 falam espanhol.
- 15 falam ambas as línguas.

Se um servidor é escolhido ao acaso entre os 60, determine a probabilidade de ele não falar nenhuma dessas duas línguas.

- (A) 1/6
- (B) 5/12
- (C) 7/30
- (D) 1/3
- (E) 1/5

**14**

Um edital da ALERJ prevê a impressão de folhetos informativos sobre um novo programa. O custo de impressão de cada lote de 1.000 folhetos é dado por:

$$C(n) = 500 + 0,80n$$

em que  $n$  é o número de folhetos impressos ( $n \geq 1\ 000$ ) e  $C(n)$  é o custo, em reais.

O setor financeiro deseja saber quantos folhetos devem ser impressos para que o custo total seja exatamente R\$ 2.100,00.

Determine o valor de  $n$ .

- (A) 1.500
- (B) 1.800
- (C) 2.000
- (D) 2.100
- (E) 2.400

**15**

Na análise de um orçamento anual da ALERJ, um especialista legislativo verificou que o valor destinado ao “Programa A” é diretamente proporcional ao número de projetos de lei vinculados a esse programa. Em determinado ano, com 40 projetos vinculados, o valor destinado foi de R\$ 1.600.000,00.

Se, para o próximo ano, estima-se que haverá 55 projetos de lei vinculados ao “Programa A”, determine o valor que será destinado, mantendo-se a mesma proporcionalidade.

- (A) R\$ 1.900.000,00
- (B) R\$ 2.100.000,00
- (C) R\$ 2.200.000,00
- (D) R\$ 2.000.000,00
- (E) R\$ 2.400.000,00

**16**

Em um estudo sobre produtividade de comissões da ALERJ, observou-se que uma sequência de reuniões apresenta número de projetos analisados que segue uma progressão aritmética (PA).

Na 1ª reunião, foram analisados 12 projetos; na 4ª reunião, foram analisados 21 projetos.

Assumindo que o número de projetos analisados em cada reunião segue uma PA, determine quantos projetos foram analisados na 10ª reunião.

- (A) 30
- (B) 33
- (C) 36
- (D) 39
- (E) 42

**17**

Um fundo especial da ALERJ rende juros compostos de 2% ao mês. No início de um ano, foi depositado nesse fundo o valor de R\$ 100.000,00. Nenhum novo depósito ou saque foi feito ao longo do ano.

O valor aproximado desse fundo ao final de 2 meses será de:

- (A) R\$ 104.040,00
- (B) R\$ 112.600,00
- (C) R\$ 115.000,00
- (D) R\$ 118.000,00
- (E) R\$ 120.000,00

**18**

Um painel eletrônico instalado na ALERJ registra o tempo, em minutos, de duração de cada fala dos deputados em uma sessão. Em certo momento, registraram-se as seguintes durações, em minutos, de cinco falas consecutivas:

8, 10, 12, 14, 16

Se essa sequência de tempos continuar aumentando seguindo o mesmo padrão, a soma total dos tempos das 10 primeiras falas, em minutos, será igual a:

- (A) 120
- (B) 130
- (C) 140
- (D) 150
- (E) 170

**19**

No planejamento da reforma de uma sala de comissões da ALERJ, pretende-se instalar um piso de cerâmica em formato retangular. O piso terá dimensões internas de 8 m por 5 m.

O piso será revestido com placas quadradas de cerâmica, todas do mesmo tamanho, com lado de 0,5 m.

Quantas placas serão necessárias para revestir completamente o piso, desconsiderando desperdícios e recortes?

- (A) 50
- (B) 80
- (C) 100
- (D) 160
- (E) 200

**20**

Em um estudo do fluxo de visitantes à ALERJ durante uma semana, verificou-se que o número diário de visitantes, de segunda a sexta-feira, foi:

Segunda: 120

Terça: 150

Quarta: x

Quinta: 210

Sexta: 180

Sabe-se que a média aritmética desses cinco valores é 170 visitantes por dia.

Determine o número de visitantes na quarta-feira.

- (A) 160
- (B) 170
- (C) 180
- (D) 190
- (E) 200

**Noções de Informática****Leonardo Vasconcelos****21**

No cotidiano de suas atividades na Assembleia Legislativa, um Especialista Legislativo utiliza um computador com o sistema operacional MS-Windows 11 (configuração padrão, idioma português do Brasil). Ao acessar uma pasta contendo diversos documentos legislativos através do Explorador de Arquivos, ele percebe que não consegue distinguir se um arquivo específico é um documento do Word (.docx) ou um modelo (.dotx), pois as extensões estão ocultas.

Para tornar as extensões de arquivos visíveis diretamente através da nova Barra de Comandos (barra de ferramentas) do Explorador de Arquivos do Windows 11, o servidor deve realizar a seguinte sequência de ações:




- (A) Clicar no botão "Classificar", selecionar a opção "Agrupar por" e escolher "Tipo".
- (B) Clicar no ícone de "Configurações" (engrenagem) na barra de tarefas e ajustar a opção em "Personalização".
- (C) Clicar no menu "Mais opções" (representado por três pontos horizontais), selecionar "Propriedades" e marcar "Exibir extensão".
- (D) Clicar no menu "Visualizar", posicionar o mouse sobre a opção "Mostrar" e selecionar "Extensões de nomes de arquivos".
- (E) Clicar na guia "Início", selecionar o arquivo desejado e clicar no ícone "Renomear", o que revelará a extensão automaticamente.

**22**

Maria, Especialista Legislativa da ALERJ, está editando um texto no MS-Word 365 (configuração padrão, idioma português do Brasil). Ela digitou a seguinte frase contendo seis palavras:

"Estudo de Caso da Banca FGV"

Em seguida, Maria realizou procedimentos de formatação específicos no grupo "Fonte" da guia "Página Inicial". Para cada palavra, ela a selecionou individualmente e clicou nas ferramentas conforme a sequência abaixo:

- 1) "**Estudo**": Clicou no ícone **N** (Negrito).
- 2) "**de**": Clicou no ícone  (Tachado).
- 3) "**Caso**": Clicou no ícone **I** (Itálico) e, em seguida, clicou no ícone **N** (Negrito).
- 4) "**da**": Clicou no ícone **X<sup>2</sup>** (Sobrescrito).
- 5) "**Banca**": Clicou no ícone **S** (Sublinhado) e, imediatamente após, clicou novamente no ícone .
- 6) "**FGV**": Clicou no ícone **N** (Negrito) e, logo em seguida, clicou no ícone  (Limpar Toda a Formatação).

Ao final desses procedimentos, a aparência da frase no documento será:

- (A) **Estudo de Caso** da Banca FGV
- (B) **Estudo de Caso** da Banca FGV
- (C) Estudo de **Caso** da Banca FGV
- (D) **Estudo de Caso** da Banca FGV
- (E) **Estudo** de **Caso** da Banca FGV

### 23

No MS-Word 365, em português do Brasil, um Especialista Legislativo está formatando um projeto de lei. Ele digitou a palavra "Artigo", com a primeira letra em maiúsculo e as demais em minúsculo. Em seguida, ele selecionou essa palavra e abriu a caixa de diálogo "Fonte" (pressionando Ctrl+D).

Ao analisar as opções disponíveis na seção "Efeitos", o servidor percebeu a existência das caixas de seleção "Versalete" e "Todas em maiúsculo".

Assinale a alternativa que descreve corretamente a diferença visual no resultado da formatação caso ele opte por um ou outro efeito sobre a palavra "Artigo".

- (A) Não haverá nenhuma diferença visual, pois ambos os efeitos convertem todas as letras para caracteres maiúsculos com a mesma altura e espessura.
- (B) Ao aplicar "Todas em maiúsculo", todas as letras ficarão com a altura de maiúsculas; ao aplicar "Versalete", as letras originalmente minúsculas ("rtigo") assumirão a forma de maiúsculas, mas com altura reduzida em relação à letra "A".
- (C) O efeito "Versalete" converte apenas as consoantes para maiúsculo, mantendo as vogais em minúsculo, enquanto "Todas em maiúsculo" converte todos os caracteres indistintamente.
- (D) O efeito "Todas em maiúsculo" é uma formatação permanente que altera o código ASCII dos caracteres, enquanto "Versalete" é apenas uma visualização de zoom que não aparece na impressão.
- (E) Ao aplicar "Versalete", o texto é convertido para maiúsculo e recebe automaticamente o estilo Negrito, enquanto "Todas em maiúsculo" mantém a espessura da fonte original.

### 24

Um Especialista Legislativo da ALERJ está organizando as despesas de um departamento no MS-Excel 365 (idioma português do Brasil). Ele criou a seguinte planilha, contendo a categoria da despesa na coluna A e o valor correspondente na coluna B:

	A	B	C
1	<b>Categoria</b>	<b>Valor</b>	
2	Material	150	
3	Serviço	300	
4	Material	200	
5	Transporte	100	
6	Serviço	450	
7			
8			

Na célula B7, o servidor inseriu a seguinte fórmula para calcular um subtotal específico:

=SOMASE(A2:A6; "Serviço"; B2:B6)

Assinale a alternativa que indica corretamente o valor que será exibido na célula B7 após a confirmação da fórmula.

- (A) 300
- (B) 450
- (C) 750
- (D) 1100
- (E) #VALOR!

### 25

Um Especialista Legislativo está conduzindo uma apresentação no MS-PowerPoint 365 (configuração padrão, idioma português do Brasil) em modo de tela cheia. Para dinamizar sua fala, ele necessita executar duas ações consecutivas utilizando apenas o teclado: primeiro, deixar a tela totalmente preta para atrair a atenção da plateia para si; segundo, saltar diretamente para o slide de número 10, ignorando os slides intermediários.

As ações corretas para realizar esses comandos são, respectivamente:

- (A) pressionar a tecla B; pressionar as teclas Ctrl + 10.
- (B) pressionar a tecla P; digitar 10 e pressionar a tecla Espaço.
- (C) pressionar a tecla W; pressionar a tecla F10.
- (D) pressionar a tecla B; digitar 10 e pressionar a tecla Enter.
- (E) pressionar a tecla Esc; digitar 10 e pressionar a tecla Tab.

**26**

João, Especialista Legislativo, enviou uma mensagem de correio eletrônico com o assunto "Pauta da Sessão" para Maria e Ana (campo Para). Ele também adicionou Pedro no campo Cc (Com Cópia) e Lucas no campo Cco (Cópia Oculta). Maria recebeu a mensagem e, decidindo dar continuidade ao debate com todos os envolvidos visíveis, clicou no botão "Responder a Todos".

Nesse cenário, a lista de destinatários que receberão automaticamente a resposta de Maria contém:

- (A) apenas João.
- (B) João, Ana, Pedro e Lucas.
- (C) apenas João e Ana.
- (D) João e Lucas, apenas.
- (E) João, Ana e Pedro.

**27**

Joana, Especialista Legislativa da ALERJ, utiliza o pacote Google Workspace (configuração padrão, idioma português do Brasil) para gerenciar suas atividades.

Ela precisa agendar uma reunião formal com sua equipe para a próxima terça-feira às 10h. Para isso, ela acessou o Google Agenda (Calendar) e iniciou a criação de um novo compromisso.

Para garantir que um link de sala virtual seja gerado automaticamente e enviado aos convidados dentro deste mesmo convite, sem a necessidade de criar a sala separadamente em outro aplicativo, Joana deve, na janela de criação do evento:

- (A) clicar no menu "Mais opções" e selecionar "Anexar sala do Google Chat".
- (B) clicar no botão "Adicionar videoconferência do Google Meet".
- (C) digitar o comando "@meet" no campo de título do evento para ativar a integração automática.
- (D) acessar as configurações da agenda e alterar o fuso horário para "Horário de Videoconferência Padrão".
- (E) selecionar a opção "Tarefas" em vez de "Evento", pois apenas tarefas permitem links de vídeo.

**28**

No âmbito de um projeto de modernização administrativa na ALERJ, um Especialista Legislativo foi incumbido de estruturar o ambiente de trabalho no Microsoft Teams (versão 365, idioma português do Brasil).

Ele precisa criar um novo espaço de colaboração denominado "Gestão de Contratos". O requisito fundamental é que apenas os servidores convidados pelos proprietários desse espaço possam visualizar o conteúdo, participar das conversas e acessar os arquivos, garantindo que o restante da organização não tenha acesso nem possa ingressar livremente.

Ao iniciar o procedimento de criação através do botão "Criar e ingressar em equipes" e, em seguida, "Criar equipe", a configuração de privacidade correta que o servidor deve selecionar para atender a esse requisito é:

- (A) pública.
- (B) em toda a organização.
- (C) privada.
- (D) padrão.
- (E) restrita.

**29**

No contexto da modernização dos serviços públicos, a ALERJ avaliou a implementação de um sistema de Inteligência Artificial (IA) baseado em aprendizado de máquina (*Machine Learning*) para auxiliar na triagem de propostas legislativas.

Durante a fase de testes, o comitê de governança rejeitou o sistema porque ele operava como uma "caixa preta": embora o software apresentasse recomendações com alta precisão estatística, ele não era capaz de fornecer, em linguagem natural ou lógica clara, os motivos ou critérios específicos que o levaram a recomendar a aprovação ou rejeição de determinada proposta.

A rejeição do sistema pelo comitê baseou-se na violação de um dos princípios fundamentais da Ética na Inteligência Artificial, conhecido como:

- (A) Privacidade desde a concepção.
- (B) Não-Maleficência.
- (C) Viés Algorítmico.
- (D) Explicabilidade.
- (E) Singularidade Tecnológica.

**30**

No contexto do uso de ferramentas de produtividade na ALERJ, um Especialista Legislativo está manipulando uma planilha extensa no Microsoft Excel 365 contendo dados orçamentários de diversos exercícios financeiros. O servidor deseja identificar tendências de gastos e gerar visualizações gráficas complexas, mas não possui conhecimento avançado na criação de tabelas dinâmicas ou fórmulas matriciais. Para solucionar essa demanda, ele recorre ao assistente de Inteligência Artificial Generativa integrado à plataforma (como o Microsoft Copilot). Assinale a alternativa que descreve corretamente uma funcionalidade prática e real dessa tecnologia aplicada à análise de dados em planilhas.

- (A) A IA substitui o sistema de arquivos do computador, armazenando os dados diretamente na memória RAM da máquina para evitar a necessidade de salvar o arquivo em disco.
- (B) O assistente tem a capacidade de alterar os valores monetários da planilha aleatoriamente para simular cenários de crise, sem que o usuário possa reverter as modificações.
- (C) A ferramenta exige que o servidor digite os comandos exclusivamente em linguagem de programação VBA (*Visual Basic for Applications*), inviabilizando o uso por quem não domina codificação.
- (D) A IA bloqueia o acesso às fórmulas tradicionais do Excel (como SOMA e MÉDIA), obrigando o usuário a utilizar apenas resultados estáticos gerados pelo chatbot.
- (E) O servidor pode solicitar análises em linguagem natural, como "Destaque os três maiores gastos deste trimestre" ou "Crie um gráfico projetando o próximo ano", e a ferramenta interpreta o pedido, aplicando formatações condicionais ou gerando objetos gráficos automaticamente.

**Legislação Específica****Glauber Marinho, Ricardo Blanco,  
Eduardo Galante e Raphael Spyere****31**

Constam como princípios do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, exceto:

- (A) legalidade
- (B) impessoalidade
- (C) moralidade
- (D) publicidade
- (E) eficiência

**32**

Para os efeitos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, considera-se servidor público todo aquele que

- (A) por força de lei ou contrato, preste serviços de natureza permanente, temporária, ou excepcional, desde que com remuneração, a qualquer órgão estatal, autarquias, fundações públicas, entidades paraestatais, empresas públicas, sociedades de economia mista, comissões, ou onde prevaleça o interesse estatal.
- (B) por força de lei, contrato, ou qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária, ou excepcional, desde que remuneração, a qualquer órgão estatal, autarquias, fundações públicas, entidades paraestatais, empresas públicas, sociedades de economia mista, comissões, ou onde prevaleça o interesse estatal.
- (C) por força de lei, contrato, ou qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária, ou excepcional, ainda que sem remuneração, a qualquer órgão estatal, autarquias, fundações públicas, entidades paraestatais, empresas públicas, sociedades de economia mista, comissões, ou onde prevaleça o interesse estatal.
- (D) por força de lei, contrato, ou qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente ou temporária, ainda que sem remuneração, a qualquer órgão estatal, autarquias, fundações públicas, entidades paraestatais, empresas públicas, sociedades de economia mista, comissões, ou onde prevaleça o interesse estatal.
- (E) por força de lei ou contrato, preste serviços de natureza permanente, temporária, ou excepcional, ainda que sem remuneração, a qualquer órgão estatal, autarquias, fundações públicas, entidades paraestatais, empresas públicas, sociedades de economia mista, comissões, ou onde prevaleça o interesse estatal.

**33**

Assinale a opção incorreta em relação ao Poder Legislativo.

- (A) O Poder Legislativo é exercido pela Assembleia Legislativa, composta de Deputados, representantes do povo, eleitos entre cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, no exercício dos direitos políticos, por voto direto e secreto, na forma da legislação federal.
- (B) O número de deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de doze.
- (C) Cada legislatura terá a duração de quatro anos, iniciando-se com a posse dos eleitos.
- (D) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações da Assembleia Legislativa e de suas Comissões serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- (E) Ao Poder Legislativo fica assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira.

**34**

Assinale a alternativa que não faz parte do processo legislativo:

- (A) emendas à Constituição.
- (B) leis complementares à Constituição.
- (C) leis ordinárias.
- (D) leis delegadas.
- (E) Medida provisória.

**35**

Considerando as disposições da Lei n. 220/1975 – RJ, que institui o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta, levando em conta as regras específicas de provimento, exercício, vacância, direitos, vantagens e penalidades.

- (A) A investidura em cargo de provimento efetivo ocorrerá com a posse, que, nos casos de nomeação, reintegração, reversão, transferência e aproveitamento, se iniciará no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do ato de provimento.
- (B) O funcionário gozará, por ano de exercício, 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que somente poderão ser acumuladas até o máximo de 3 (três) períodos, em face de imperiosa necessidade do serviço ou grave perturbação da ordem constitucional.
- (C) As reposições e indenizações à Fazenda Pública far-se-ão em parcelas mensais não excedentes à décima parte da remuneração, exceto na ocorrência de má-fé, hipótese em que não se admitirá parcelamento, devendo tal ser feito de uma única vez no prazo de até 10 (dez) dias.

(D) O direito de requerer prescreverá: I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão, de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade e quanto às questões que envolvam direitos patrimoniais; II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, ressalvados os previstos em leis especiais.

(E) A pena de advertência será aplicada por escrito em casos de negligência, será registrada nos assentamentos individuais e comunicada ao órgão de pessoal.

**36**

Relativamente ao Decreto n. 2.479/1979 - RJ, que aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa CORRETA, considerando a interpretação estrita do Estatuto e as consequências funcionais de cada instituto estatutário.

- (A) A nomeação de funcionário estadual para cargo em comissão garante-lhe, obrigatoriamente, a percepção cumulativa do vencimento do cargo efetivo e do vencimento integral do cargo em comissão, salvo expressa renúncia formal, hipótese em que incidirá a gratificação de 70%.
- (B) A designação para função gratificada exige posse formal perante a autoridade competente, e o exercício deve ser iniciado em até 30 dias, prazo contado da publicação do ato, sob pena de anulação automática da designação.
- (C) A reintegração somente se aplica ao servidor exonerado a pedido que comprove vício de consentimento no ato de exoneração, retornando ao cargo anteriormente ocupado, porém sem direito ao ressarcimento de vantagens retroativas.
- (D) A readaptação somente é possível ao funcionário estável, podendo ocorrer por motivo de saúde ou incapacidade física, garantindo o exercício em função mais compatível, independentemente de manutenção do padrão de vencimentos anteriormente percebido.
- (E) A remoção caracteriza deslocamento de lotação entre Secretarias ou órgãos diretamente subordinados ao Governador, podendo ocorrer a pedido ou ex-offício, e não implica vacância nem provimento, pois o servidor permanece no mesmo cargo efetivo.

**37**

Considerando a Resolução n. 810/1997 – Alerj, que disciplina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, analise as proposições a seguir e assinale a alternativa correta, levando em conta detalhes temporais, competências regimentais e limitações específicas impostas aos órgãos internos da Casa.

- (A) A Assembleia Legislativa reunir-se-á em sessões ordinárias de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, reservando-se o período de 16 a 31 de dezembro para sessões extraordinárias exclusivamente mediante convocação do Governador ou da Mesa Diretora.
- (B) A eleição da Mesa Diretora ocorrerá na segunda sessão preparatória, às 15h do dia 1º de fevereiro, sendo conduzida pela Mesa da legislatura anterior e tendo mandato de dois anos, vedada a reeleição para o mesmo cargo dentro da mesma legislatura.
- (C) O Líder é o Deputado escolhido pela bancada partidária ou pelo bloco parlamentar, competindo-lhe a representação política da respectiva unidade; entretanto, apenas os líderes ficam impedidos de integrar a Mesa Diretora, não se aplicando a restrição aos vice-líderes, que podem ser eleitos para seus cargos.
- (D) A formação de bloco parlamentar depende de decisão conjunta entre pelo menos dois partidos, por deliberação de suas bancadas, sendo o bloco considerado entidade estável durante toda a sessão legislativa, vedada sua dissolução após a fixação da proporcionalidade partidária para composição das comissões.
- (E) À Mesa Diretora, órgão colegiado, incumbe a direção dos trabalhos legislativos, cabendo-lhe deliberar sobre serviços administrativos da Assembleia, decidindo por maioria absoluta de seus membros, salvo nos casos em que o Regimento exigir quórum qualificado.

**38**

Nos termos da Resolução n. 810/1997 – Alerj, que disciplina o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, assinale a alternativa correta, observando detalhes procedimentais, competências específicas e redações literais do Regimento, com atenção redobrada às armadilhas e falsas aproximações.

- (A) O Presidente é o representante da Assembleia quando esta se manifesta coletivamente e o responsável pela ordem e direção de seus trabalhos. Para intervir em qualquer discussão, deverá transmitir a Presidência ao seu substituto, afastando-se do Plenário durante o debate, retornando apenas para retomar a direção dos trabalhos.
- (B) As comissões da Assembleia Legislativa classificam-se em permanentes, que subsistem através das legislaturas, e temporárias, que são criadas para fins específicos e se extinguem com a conclusão de seus trabalhos ou do objetivo que motivou sua criação, ainda que a legislatura não tenha terminado.
- (C) As comissões temporárias compreendem: I – as de representação; II – as especiais; III – as de inquérito; IV – as internas, constituídas pela Mesa Diretora para assuntos de organização administrativa.
- (D) As comissões especiais são constituídas para fins determinados, podendo ser criadas por proposta da Mesa Diretora ou a requerimento de um décimo dos Deputados, desde que haja aprovação do Plenário, nos termos regimentais.
- (E) A Comissão Parlamentar de Inquérito será criada automaticamente, no prazo máximo de quarenta e oito horas após a leitura, em Plenário, do requerimento de um terço dos Deputados, exigindo ato formal da Presidência que indique o presidente e o relator da CPI no ato constitutivo.

**39**

Considerando as disposições contidas na Resolução n. 590/1994, assinale a afirmativa correta acerca do quadro de pessoal da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro - ALERJ.

- (A) O Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa compreende a carreira, os cargos de provimento efetivo e as funções gratificadas, mas não os cargos comissionados, considerados de livre nomeação.
- (B) Função pública é a unidade básica do Quadro de Pessoal, remunerado pelos cofres públicos, cujo provimento individualiza ao seu ocupante as atribuições e vencimentos de sua posição na carreira, ou, se não integrado em carreira determina as atribuições e os vencimentos a que faz jus.
- (C) O preenchimento dos cargos de provimento efetivo dar-se-á, exclusivamente, por meio de habilitação em concurso público, cuja primeira etapa será de provas ou de provas e títulos.
- (D) Os cargos em comissão destinam-se ao atendimento de atividades que por sua natureza exijam o critério de impessoalidade garantido mediante a realização de concurso.
- (E) As vantagens de natureza especial caracterizam-se como reconhecimento do mérito obtido em decorrência dos processos de especialização e de qualificação a que se submeta o servidor, independentemente do grau de complexidade das respectivas atribuições.

**40**

Analise as assertivas a seguir a partir das normas constantes na Resolução n. 590/1994 sobre os cargos em comissão e as funções gratificadas da ALERJ.

- I – Os cargos em comissão são de provimento privativo de servidores da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e de recrutamento amplo.
- II – São de recrutamento amplo os cargos em comissão integrantes da lotação de gabinetes e comissões permanentes, de livre escolha de seus titulares.
- III – O conjunto de direitos, responsabilidades e atribuições adicionais privativas do servidor ocupante de cargo efetivo, em caráter transitório e de confiança, através de designação da autoridade competente, denomina-se função gratificada.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**Noções de Direito Administrativo****Maria Julia****41**

Durante auditoria interna realizada em órgão federal, constatou-se que determinado diretor, ao inaugurar um novo programa público, determinou a inserção, em todo o material gráfico oficial — banners, cartilhas, vídeos e perfis institucionais — da expressão “Gestão Transparente com Dr. Raul Pereira”, acompanhada de sua fotografia e de assinatura digitalizada. O gestor justificou a medida afirmando inexistir irregularidade, sob o argumento de que a personalização do material promoveria maior aproximação entre a população e a Administração Pública, além de reforçar a identificação do responsável pelas ações governamentais.

À luz da Constituição Federal e da doutrina administrativa concernente aos princípios que regem a Administração Pública, indique qual princípio foi violado.

- (A) Legalidade, pois a Administração Pública tem ampla liberdade de escolher a forma de divulgar seus atos, desde que respeite os fins institucionais.
- (B) Impessoalidade, porque o material publicitário não pode conter elementos que produzam associação entre a ação administrativa e a figura da autoridade.
- (C) Moralidade, exclusivamente, já que o problema está apenas na intenção subjetiva do agente público.
- (D) Publicidade, pois a regra é a transparência absoluta, sendo exigida a publicação completa da imagem e identidade da autoridade responsável.
- (E) Eficiência, porque a ausência de identificação clara do gestor responsável impede a correta avaliação de desempenho administrativo.

**42**

Determinado Estado decidiu reestruturar sua rede de prestação de serviços públicos. Para isso, editou lei criando a Entidade A, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e competência para exercer atividades típicas do Estado. Criou também a Entidade B, pessoa jurídica de direito privado, com capital exclusivamente público, destinada à exploração de atividade econômica, estruturada como LTDA. Por fim, criou a Entidade C, também de direito privado, com capital público e privado, organizada obrigatoriamente como S/A, responsável por atividades de saneamento básico. Considerando o modelo constitucional de organização administrativa, é correto afirmar:

- (A) A Entidade A é uma fundação pública, a B é sociedade de economia mista e a C é empresa pública.
- (B) A Entidade A é autarquia, a B é empresa pública e a C é sociedade de economia mista.
- (C) A Entidade A é empresa pública, a B é fundação pública de direito público e a C é empresa pública.
- (D) As três entidades são autarquias, pois todas possuem vínculo com o ente político criador.
- (E) A Entidade B não pode ser estruturada como LTDA, pois todas as empresas estatais devem ser obrigatoriamente S/A.

**43**

Em estudo comparativo sobre a classificação dos órgãos públicos segundo sua posição na estrutura governamental, uma candidata analisou a Assembleia Legislativa do Estado X, identificando que ela integra diretamente o Poder Legislativo, possui autonomia constitucional e não está subordinada hierarquicamente a nenhum outro órgão estatal, ainda que tenha funções predominantemente normativas e fiscalizatórias.

Considerando a classificação doutrinária dos órgãos públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Trata-se de órgão subordinado, pois integra estrutura administrativa vinculada ao Executivo.
- (B) Configura órgão autônomo, pois recebe competências de execução e gestão interna, mas depende de subordinação técnica ao Executivo.
- (C) É órgão independente, pois decorre diretamente da Constituição e não possui subordinação hierárquica.
- (D) Classifica-se como órgão superior, por estar acima dos órgãos subalternos.
- (E) É órgão personalizado, dotado de personalidade jurídica própria.

**44**

A Secretaria Municipal de Urbanismo aplicou multa a um estabelecimento comercial por irregularidades estruturais. Após reiteradas notificações, o proprietário recusou-se a pagar ou sanar as infrações. Diante disso, a Administração determinou a interdição do imóvel com auxílio da Guarda Municipal, garantindo o cumprimento da medida.

Considerando os atributos do ato administrativo, a atuação estatal descrita envolve, respectivamente:

- (A) presunção de legitimidade e autoexecutoriedade.
- (B) exigibilidade e presunção de veracidade.
- (C) imperatividade e consensualidade.
- (D) exigibilidade e coercibilidade.
- (E) autoexecutoriedade e presunção de legitimidade.

**45**

O Hospital Público Estadual Beta instaurou procedimento administrativo para apurar condutas irregulares cometidas por um médico terceirizado, contratado por empresa privada para prestar serviços no hospital. As irregularidades envolviam abandono de plantão e condutas incompatíveis com o atendimento público. Após investigação, o hospital aplicou penalidade diretamente ao médico, impedindo-o de continuar atuando em suas unidades.

O profissional ajuizou ação alegando que, por não ser servidor público, não poderia sofrer sanções disciplinares diretamente pelo Estado.

Considerando as distinções entre poder disciplinar, vínculo específico e poder de polícia, assinale a alternativa correta:

- (A) A penalidade é inválida, pois o poder disciplinar só alcança servidores efetivos.
- (B) A penalidade é inválida, pois médicos terceirizados só podem ser sancionados judicialmente.
- (C) A penalidade é válida, pois particulares com vínculo específico podem ser sancionados pelo poder disciplinar.
- (D) A penalidade é inválida, pois somente a empresa contratada poderia aplicar sanção ao médico.
- (E) A penalidade é expressão do poder de polícia, que permite punir qualquer atividade irregular, independentemente de vínculo.

**46**

O Município Delta deixou reiteradamente de cumprir cláusulas essenciais do contrato de concessão de limpeza urbana: não reajustou tarifas conforme fórmula prevista, atrasou repasses financeiros por mais de oito meses e modificou unilateralmente metas de desempenho sem previsão contratual. A concessionária notificou o Município diversas vezes, sem solução. Diante do quadro, a concessionária ajuizou ação judicial específica visando obter a rescisão do contrato com fundamento na Lei n. 8.987/1995. Durante o processo, o Município sustentou que a concessionária estaria proibida de interromper o serviço durante a discussão judicial.

Com base no regime jurídico aplicável, assinale a alternativa correta.

- (A) A concessionária pode suspender imediatamente o serviço, pois o inadimplemento do Município caracteriza exceção de contrato não cumprido.
- (B) A ação judicial de rescisão é admissível, mas a concessionária deve manter a continuidade do serviço até o trânsito em julgado da decisão.
- (C) A ação judicial só pode ser proposta após autorização legislativa específica, semelhante à encampação.
- (D) A concessionária pode interromper o serviço desde que notifique antecipadamente o Município e os usuários.
- (E) A rescisão só poderá ser declarada mediante decreto municipal, após processo administrativo.

**47**

Um grande hospital universitário federal pretende contratar empresa para fornecimento contínuo de medicamentos e materiais hospitalares de uso rotineiro, padronizados em suas especificações (marcas e modelos variados, mas com descrição usual de mercado), com entrega parcelada durante 12 meses. Os produtos, embora essenciais à atividade pública, apresentam padrões de desempenho e qualidade perfeitamente mensuráveis e usualmente praticados no mercado, podendo ser definidos de forma objetiva no edital. A alta administração cogitou utilizar a concorrência, por se tratar de contratação de grande vulto, mas o setor jurídico alertou para a necessidade de observar, na Lei n. 14.133/2021, tanto as modalidades quanto o rito procedimental comum e a vocação de cada uma delas.

À luz do regime jurídico das modalidades licitatórias estabelecido na Lei n. 14.133/2021, a modalidade mais adequada à contratação pretendida é:

- (A) concorrência, porque é a modalidade geral para aquisição de bens e serviços, sendo o pregão restrito a serviços de engenharia comuns.
- (B) concorrência, pois somente essa modalidade admite a utilização de critérios de julgamento baseados em menor preço ou maior desconto.

- (C) concurso, já que há necessidade de avaliar tecnicamente a proposta mais vantajosa para o interesse público.
- (D) leilão, porque se trata de bens móveis e a lei destina essa modalidade à alienação e à aquisição de bens padronizados.
- (E) pregão, pois o objeto possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis por especificações usuais de mercado.

**48**

Uma Assembleia Estadual pretende realizar três contratações distintas:

- I – um fotógrafo de renome internacional, amplamente reconhecido pela crítica especializada, representado por empresário exclusivo;
- II – uma empresa de consultoria tributária, para reorganização interna de fluxos de arrecadação, sendo que o mercado apresenta diversas consultorias igualmente qualificadas e nenhuma delas detém notoriedade singular;
- III – uma agência de publicidade para criação de campanha institucional permanente e abrangente.

Os gestores estudam a possibilidade de utilizar a inexigibilidade em todos os casos, sob o argumento de inviabilidade de competição. À luz da Lei n. 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o fotógrafo pode ser contratado por inexigibilidade, pois reúne os requisitos legais do art. 74, II.
- (B) Apenas a consultoria tributária pode ser contratada por inexigibilidade, por se tratar de serviço intelectual previsto no art. 74, III.
- (C) As três contratações podem ser realizadas por inexigibilidade, desde que o gestor comprove a singularidade de cada objeto.
- (D) Somente a agência de publicidade pode ser contratada por inexigibilidade, pois campanhas institucionais demandam liberdade técnica da Administração.
- (E) Nenhuma das três hipóteses admite inexigibilidade, pois o mercado apresenta alternativas concorrenciais em todos os casos.

**49**

O Município Beta pretende alienar um conjunto de imóveis públicos. Durante o processo de levantamento patrimonial, foram identificados:

- I – um terreno baldio registrado em nome do Município;
- II – um hospital municipal em pleno funcionamento;
- III – uma rua pavimentada que corta o centro da cidade;
- IV – um prédio escolar abandonado há cinco anos, sem atividades e sem previsão de retomada;
- V – área pública cedida a uma associação cultural mediante permissão precária.

Considerando o regime jurídico dos bens públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o terreno baldio e o prédio escolar abandonado podem ser alienados, desde que previamente desafetados.
- (B) O terreno baldio é o único bem dominical, sendo o prédio escolar um bem de uso especial enquanto não houver ato formal de desafetação.
- (C) A rua e o hospital são bens de uso comum do povo, razão pela qual podem ser usucapidos, embora não possam ser alienados.
- (D) A área cedida à associação cultural converte-se em bem dominical durante a vigência da permissão, podendo ser alienada livremente.
- (E) Todos os bens citados são inalienáveis, mas apenas os bens de uso comum do povo são imprescritíveis.

**50**

No âmbito do Município Beta, instaurou-se processo administrativo disciplinar para apurar possíveis irregularidades na celebração de convênios. A autoridade competente, alegando excesso de trabalho e necessidade de uniformização de procedimentos, delegou a instrução do processo a um Diretor-Adjunto. Entretanto, após a produção de parte das provas, o Ministro, entendendo que o caso possuía “repercussão institucional elevada”, avocou temporariamente o processo, determinando que algumas diligências fossem realizadas diretamente por seu gabinete.

A defesa do servidor investigado impugnou tanto a delegação quanto a avocação, sustentando violação ao devido processo legal.

À luz da Lei n. 9.784/1999, assinale a afirmativa correta.

- (A) A delegação é válida, mas a avocação é vedada, pois não é possível transferir a competência para autoridade hierarquicamente superior.
- (B) A avocação é válida, mas a delegação é nula, pois atos de instrução não podem ser transferidos a autoridade diversa daquela prevista em lei.
- (C) Ambas são válidas, desde que a delegação seja parcial e a avocação seja temporária e motivada.
- (D) Ambas são inválidas, pois tanto delegação quanto avocação só são admitidas para atos decisórios e não para atos de instrução.

- (E) Ambas são válidas, ainda que imotivadas, pois o interesse público sempre autoriza deslocamento de competência.

**51**

Durante auditoria realizada pela Controladoria-Geral do Estado, verificou-se que um diretor de departamento autorizava reiteradamente a contratação direta de empresa pertencente a seu cunhado para fornecimento de equipamentos de informática, sem qualquer situação emergencial, sem justificativa técnica e com valores superiores aos praticados pelo mercado. O relatório apontou inexistência de dano ao erário comprovado, pois os produtos foram efetivamente entregues, mas ressaltou flagrante violação aos deveres funcionais e ao princípio da impessoalidade.

O Ministério Público propôs ação por improbidade administrativa, sustentando que a conduta se enquadra como ato que atenta contra os princípios da Administração Pública, previsto na Lei n. 8.429/1992.

À luz da lei de improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- (A) A conduta não configura improbidade administrativa, pois, sem dano ao erário, não há incidência da lei.
- (B) A conduta caracteriza improbidade administrativa, mas somente se comprovado dolo específico de obtenção de vantagem patrimonial indevida.
- (C) A conduta configura improbidade administrativa por violação de dever funcional, desde que comprovado dolo, ainda que sem dano ao erário.
- (D) A conduta configura improbidade administrativa por prejuízo ao erário, ainda que não exista dano efetivo, bastando potencial lesividade.
- (E) Não há improbidade, pois atos violadores de princípios não mais são sancionáveis após a reforma da Lei n. 8.429/1992.

**52**

Após auditoria administrativa, verificou-se que o Município Delta mantinha, simultaneamente, três espécies distintas de vínculos funcionais: (I) servidores aprovados em concurso público e regidos por estatuto próprio; (II) empregados públicos contratados sob regime celetista, vinculados à autarquia previdenciária municipal; e (III) contratados temporários para atender necessidade excepcional do interesse público, todos regularmente amparados por lei específica. Alguns auditores passaram a sustentar que todas essas categorias possuíam o mesmo regime jurídico e a mesma forma de vínculo com a Administração, por se tratar, em todas as hipóteses, de agentes públicos em sentido amplo.

À luz do regime jurídico dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) As três categorias possuem regime estatutário, pois o exercício de função pública exige necessariamente submissão ao regime jurídico único.
- (B) Apenas os servidores efetivos podem ser considerados agentes públicos, pois emprego e função pública não se enquadram no conceito jurídico-administrativo de agente estatal.
- (C) Os servidores efetivos são estatutários, os empregados públicos possuem vínculo contratual regido pela CLT e os temporários detêm vínculo precário por tempo determinado, sendo todos agentes públicos, embora submetidos a regimes distintos.
- (D) Os empregados públicos não integram a Administração Pública, pois somente os servidores estatutários exercem atividades típicas do Estado.
- (E) Os temporários, por ocuparem funções públicas, têm estabilidade após três anos de efetivo exercício, conforme o princípio da continuidade do serviço público.

**53**

Após investigação interna, constatou-se que um servidor estadual, dirigindo veículo oficial em alta velocidade sem motivo justificável, colidiu com o automóvel de Helena, que trafegava regularmente. A perícia demonstrou que o servidor agiu com imprudência manifesta, mas não havia qualquer ordem superior determinando urgência. Helena ajuizou ação indenizatória diretamente contra o Estado, invocando o art. 37, § 6º, da Constituição Federal. Considerando as teorias aplicáveis à responsabilidade civil do Estado e o regime jurídico constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, exigindo prova do dolo ou culpa do servidor para fins de indenização.
- (B) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, mas exige a demonstração de culpa grave do servidor para que haja nexo entre conduta e dano.
- (C) A responsabilidade civil do Estado é objetiva, fundada na teoria do risco administrativo, bastando a comprovação da conduta comissiva, do dano e do nexo causal.
- (D) Aplica-se a teoria do risco integral, devendo o Estado indenizar independentemente de prova de conduta, dano ou nexo causal.
- (E) O servidor deve ser obrigatoriamente litisconsorte passivo necessário, pois não há responsabilidade direta do Estado em hipóteses de ato comissivo doloso ou culposo do agente público.

**54**

O Estado de Alfa, para atender demandas emergenciais, instituiu três modalidades de atuação: (i) cidadãos convocados para colaborar em situação de calamidade pública; (ii) serventuários de cartório exercendo atividades notariais e registrais; e (iii) jurados regularmente convocados para o Tribunal do Júri. Um consultor legislativo sustentou que todas essas figuras constituem espécies de agentes administrativos, por exercerem função típica da Administração e estarem sob direção direta do Estado. À luz da classificação dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as figuras são agentes administrativos, pois desempenham atividade estatal vinculada ao Poder Executivo.
- (B) Apenas os serventuários de cartório podem ser considerados agentes honoríficos, dada a natureza colaborativa de sua função.
- (C) Os cidadãos convocados e os jurados são agentes honoríficos; os serventuários delegados de cartório são agentes delegados, não integrantes da estrutura estatal.
- (D) Os serventuários de cartório integram a Administração direta, por exercerem atividade pública típica que exige subordinação hierárquica.
- (E) Jurados e cidadãos convocados são agentes delegados, enquanto os cartorários são agentes honoríficos.

**55**

O Município de Ômicron, após denúncias de moradores sobre suposta manipulação de resultados de uma licitação de coleta de resíduos, instaurou uma comissão de revisão interna. Simultaneamente, uma associação comunitária ingressou com representação perante o Tribunal de Contas municipal, enquanto o Ministério Público ajuizou ação civil pública requerendo a suspensão imediata do procedimento. O prefeito sustentou que somente o controle interno poderia interferir na continuidade da licitação, pois os demais controles configurariam “ingerência indevida”.

À luz das formas, origens e momentos de controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o controle interno pode revisar licitações, pois os Tribunais de Contas e o MP somente atuam após a conclusão do procedimento (controle a posteriori).
- (B) A representação da associação é exemplo de controle interno, pois decorre da tutela do interesse público primário.
- (C) O controle externo exercido pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público não viola a separação dos Poderes, desde que haja previsão constitucional.
- (D) A revisão realizada pela comissão municipal caracteriza controle externo impróprio.

- (E) O controle popular somente se aperfeiçoa por meio da ação popular, e não por denúncias ao Tribunal de Contas.

## Noções de Direito Constitucional

### Vinicius Marques

**56**

À luz da Teoria da Constituição, a formação e a classificação das Constituições envolvem critérios estruturais, materiais e formais que orientam a compreensão sobre a natureza, a forma de elaboração, o modo de organização e a força normativa do texto constitucional. Doutrina clássica e contemporânea (Karl Loewenstein, José Afonso da Silva, Canotilho e Manoel Gonçalves Ferreira Filho) identificam elementos de validade, legitimidade e eficácia que fundamentam a própria ideia de Constituição como norma jurídica, política e estruturante do Estado. Nessa perspectiva, a Constituição pode ser analisada segundo sua origem (promulgada ou outorgada), forma (escrita ou costumeira), extensão (concisa ou analítica), estabilidade (rígida, semirrígida ou flexível), conteúdo (formal ou material) e projeto político (dirigente, compromissória, semântica ou normativa). A partir dessas classificações e da concepção contemporânea de Constituição como ordem jurídica fundamental dotada de supremacia e força normativa, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A Constituição formal corresponde necessariamente à Constituição escrita, pois somente o documento redigido e codificado pode conter normas reconhecidas como constitucionais, sendo impossível que normas constitucionais existam fora do texto positivado.
- (B) As Constituições dirigentes se caracterizam exclusivamente pela fixação de metas programáticas desprovidas de normatividade, funcionando como declarações políticas não vinculantes, cuja eficácia depende integralmente da atuação discricionária dos Poderes Executivo e Legislativo.
- (C) A classificação da Constituição quanto à origem distingue, entre outros tipos, as Constituições promulgadas, que resultam da deliberação democrática do poder constituinte originário, e as Constituições outorgadas, impostas unilateralmente pelo detentor do poder político, sem participação popular efetiva.
- (D) A Constituição material é definida pela forma como se apresenta e pelo procedimento de sua elaboração, abrangendo apenas as normas redigidas no texto formal que estabelecem a estrutura do Estado e organizam os poderes.
- (E) Na concepção de Loewenstein, as Constituições normativas são aquelas cujo texto é reduzido a uma dimensão simbólica, com mínima força jurídica e finalidade meramente legitimadora, aproximando-se das Constituições semânticas típicas de regimes autoritários.

**57**

O servidor estatutário da ALERJ, Rodrigo, lotado na Comissão de Educação, elaborou parecer técnico questionando a constitucionalidade da recém-aprovada Lei Municipal n. 1.245/2025, do Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ), que proibia o uso de linguagem neutra em instituições de ensino municipais, em documentos oficiais, editais de concursos públicos e programas culturais. A Procuradoria do Município justificou que a lei teria como finalidade preservar a integridade da língua portuguesa, afirmando que a matéria seria de interesse predominantemente local. Entidades educacionais e coletivos sociais recorreram à ALERJ solicitando que o Legislativo estadual provocasse o controle abstrato, alegando violação à liberdade de expressão e à competência privativa da União. Com base na jurisprudência consolidada do STF e considerando o sistema constitucional de repartição de competências, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A lei municipal é constitucional, pois decorre do poder suplementar do Município para legislar sobre temas educacionais de interesse local, sendo legítima a disciplina de conteúdos pedagógicos e formas linguísticas adotadas nas redes municipais de ensino.
- (B) A proibição é válida, pois compete aos Municípios legislar concorrentemente sobre educação, podendo editar normas específicas que ampliem a proteção cultural e a integridade do idioma em âmbito local, desde que não contrariem a LDB.
- (C) A lei municipal é constitucional por tratar de política educacional específica, visto que a definição de métodos e técnicas pedagógicas é matéria atribuída à autonomia das redes municipais de ensino, nos termos dos arts. 30, I e II, da CF/1988.
- (D) A lei municipal somente seria inconstitucional se estivesse em confronto direto com a Base Nacional Comum Curricular, pois, não havendo regulamentação federal expressa sobre linguagem neutra, prevalece a autonomia legislativa municipal.
- (E) A lei municipal é inconstitucional, pois usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV, CF/1988), além de violar a liberdade de expressão, a isonomia e tratados internacionais de direitos humanos, conforme fixado pelo STF em recente decisão.

**58**

A ALERJ recebeu representação formal do Sindicato dos Bombeiros Civis do Estado do Rio de Janeiro alegando a constitucionalidade da recém-aprovada Lei Estadual n. 9.887/2025, que instituiu requisitos adicionais de formação, credenciamento e fiscalização para o exercício da profissão de bombeiro civil, sob o argumento de que a norma visaria fortalecer a segurança pública local. Em sentido oposto, a Procuradoria-Geral do Estado advertiu que a lei poderia invadir competência privativa da União, sobretudo porque a atividade já fora disciplinada nacionalmente pela Lei Federal n. 11.901/2009. Um servidor especialista da ALERJ, designado para emitir parecer, observou a existência de precedente vinculante do STF, no qual a Corte declarou a inconstitucionalidade de lei estadual semelhante por usurpação de competência legislativa federal.

À luz da repartição constitucional de competências, da jurisprudência consolidada do STF e da disciplina normativa da profissão de bombeiro civil, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A lei estadual é constitucional, pois os Estados possuem competência concorrente em matéria de segurança pública e podem, portanto, estabelecer requisitos adicionais para o exercício de profissões que atuem na proteção da coletividade.
- (B) A lei estadual é parcialmente constitucional, podendo regular aspectos pedagógicos da formação de bombeiros civis, desde que não imponha penalidades administrativas nem discipline relações laborais.
- (C) A lei estadual é válida, pois o art. 22, parágrafo único, da Constituição autoriza os Estados a legislar sobre direito do trabalho quando a norma federal não disciplinar integralmente a matéria, o que permite complementações locais.
- (D) A inconstitucionalidade decorre apenas dos dispositivos que criam penalidades administrativas e fiscais, permanecendo íntegros os dispositivos que tratam de grade curricular, requisitos de formação e credenciamento.
- (E) A lei estadual é inconstitucional, pois regulamenta condições para o exercício da profissão de bombeiro civil e estabelece disciplina de natureza trabalhista, matérias que são de competência legislativa privativa da União (art. 22, I e XVI, CF/1988), conforme decidido pelo STF.

**59**

Em 2016, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro deliberou e aprovou as contas anuais do Governador relativas ao exercício de 2014, mesmo sem a emissão de parecer prévio pelo Tribunal de Contas estadual. A ATRICON ajuizou uma ADPF alegando violação aos arts. 49, IX, 71, I, e 75 da Constituição, sustentando que o julgamento legislativo somente poderia ocorrer após parecer técnico obrigatório e prévio do TCE, sob pena de nulidade absoluta do decreto legislativo. O STF, entretanto, rejeitou tal pretensão e afirmou que o parecer prévio é manifestação de natureza exclusivamente opinativa, não constituindo condição de validade do julgamento legislativo. À luz da repartição constitucional de competências, da sistemática do controle externo e da ratio decidendi adotada pelo Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A competência para julgar as contas anuais do Governador é exclusiva da Assembleia Legislativa, cujo ato possui natureza político-institucional, podendo ser exercida mesmo sem parecer prévio do Tribunal de Contas, pois este tem caráter meramente opinativo e não condiciona a eficácia nem a validade do julgamento legislativo.
- (B) A ausência de parecer prévio do Tribunal de Contas suspende automaticamente a competência da Assembleia Legislativa para julgar as contas, configurando vício insanável, uma vez que o parecer integra o núcleo essencial do controle externo previsto no art. 71 da Constituição.
- (C) A Constituição impõe a obrigatoriedade do parecer prévio como condição vinculante, razão pela qual, não havendo sua emissão no prazo constitucional, deve o processo de contas ser remetido ao TCU, órgão técnico federal que exerce competência supletiva em caráter excepcional.
- (D) O parecer prévio, embora não vinculante, possui função de controle técnico pré-condicionante, de modo que sua ausência impede o exercício pleno da função fiscalizatória legislativa, sob pena de violação ao princípio da especialidade técnica e da racionalidade administrativa.
- (E) A ausência de parecer prévio invalida o julgamento legislativo porque o princípio republicano exige que todo processo de prestação de contas seja precedido de manifestação técnica especializada, sob pena de afronta à legalidade, moralidade e eficiência administrativa.

60

Um grupo de protetores de animais do Rio de Janeiro impetrou mandado de segurança coletivo contra ato do Secretário Estadual de Cultura que autorizou a realização do evento “Vaquejada Carioca”, inscrito como manifestação cultural imaterial por lei estadual e regulamentado por norma específica que instituiu parâmetros de proteção sanitária, fiscalização veterinária, limites de manejo e protocolos de bem-estar animal. Os impetrantes alegaram violação ao art. 5º, caput e inciso LXXIII, sustentando que a autorização configuraria afronta direta ao direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à vedação à crueldade, cláusula pétrea implícita de proteção à dignidade da pessoa humana e dos seres sencientes. Afirmaram ainda que a EC n. 96/2017 seria materialmente inconstitucional por reduzir o alcance do art. 225, § 1º, VII, CF/1988. A Administração alegou que a manifestação cultural possui amparo constitucional inequívoco e que a EC 96/2017, ao inserir o § 7º no art. 225, CF, harmonizou direitos fundamentais concorrentes, desde que observadas estritamente as garantias legais de bem-estar animal. Considerando a jurisprudência consolidada do STF, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A EC n. 96/2017 é constitucional e não viola cláusulas pétreas, pois estabeleceu critérios restritivos e cumulativos que condicionam a validade das práticas desportivas com animais, de modo que, presentes o registro cultural e a regulamentação específica que assegure o bem-estar animal, a autorização administrativa não afronta direitos ou garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição.
- (B) A EC n. 96/2017 viola materialmente o núcleo intangível do art. 5º, caput, tornando inválida qualquer autorização administrativa baseada na proteção cultural, pois o meio ambiente equilibrado constitui direito absoluto e imune à harmonização com manifestações culturais tradicionais.
- (C) A autorização administrativa é inválida porque, embora a EC n. 96/2017 seja formalmente constitucional, ela não permite a realização de vaquejadas no âmbito estadual, reservando tal regulamentação exclusivamente à União, que detém competência privativa para definir critérios de proteção à fauna.
- (D) As práticas desportivas envolvendo animais permanecem vedadas, mesmo após a EC n. 96/2017, porque a vedação à crueldade animal possui hierarquia supraconstitucional, de modo que nenhuma emenda pode restringir ou modular seu alcance.
- (E) A autorização administrativa é ilegal porque, ainda que a prática seja culturalmente reconhecida, o STF assentou que o bem-estar animal exige comprovação absoluta de ausência de sofrimento, sendo insuficiente a mera regulamentação por lei estadual.

61

Um servidor da ALERJ, ocupante do cargo de Especialista Legislativo, divulgou em suas redes sociais institucionais uma entrevista produzida pelo Setor de Comunicação Interna da Casa, na qual um ex-consultor terceirizado imputava ao Diretor-Geral da Assembleia a prática de desvios de verbas em contratos de tecnologia. A entrevista foi editada, armazenada no portal interno e posteriormente replicada pelo servidor no boletim legislativo digital, de acesso público. Dias depois, constatou-se que as acusações eram falsas. A Assessoria Jurídica apurou que, antes da publicação, já existiam elementos objetivos indicando inconsistências nas declarações do entrevistado, inclusive parecer interno que alertava para possível falsidade dos fatos. Também ficou comprovado que o servidor não procurou ouvir o Diretor-Geral, tampouco adotou qualquer diligência mínima para apurar a veracidade das imputações, mesmo após alertado por colegas. O Diretor-Geral propôs ação indenizatória por danos morais contra o servidor e contra o Setor de Comunicação Interna, alegando violação aos arts. 5º, V e X, e 220 da Constituição. Considerando o caso concreto e a tese fixada pelo STF, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A responsabilização civil é cabível, porque o servidor, ao divulgar entrevista com imputação falsa, deixou de observar o dever constitucional de cuidado, caracterizando culpa grave diante de indícios prévios de falsidade e da ausência de busca de contraditório, o que atende aos requisitos fixados pelo STF para responsabilização de veículos ou agentes que difundem conteúdo injurioso.
- (B) A responsabilização é inviável, pois a Assembleia Legislativa, como ente público, está submetida à liberdade de informação jornalística reforçada, cabendo ao particular ofendido demonstrar dolo específico do servidor, sendo insuficiente a comprovação de negligência, ainda que grave.
- (C) Não há responsabilidade, pois o boletim legislativo digital constitui veículo institucional e, nesses casos, prevalece a imunidade absoluta do órgão governamental para resguardar a liberdade de imprensa prevista no art. 220, independentemente da veracidade dos fatos divulgados.
- (D) Havendo circulação de entrevista editada e não transmitida ao vivo, não se pode responsabilizar o servidor, já que o STF estabeleceu que apenas entrevistas ao vivo podem ensejar responsabilidade civil, desde que negligenciado o direito de resposta.
- (E) A responsabilidade civil somente poderia ser imputada ao servidor se houvesse comprovação de que ele direcionou a edição do conteúdo ou manipulou a gravação, sendo insuficiente a mera divulgação do material produzido previamente pelo Setor de **Comunicação**.

**62**

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou lei de iniciativa parlamentar determinando que o SUS estadual distribuisse gratuitamente análogos de insulina a pacientes diabéticos atendidos na rede pública, estendendo a política já existente para insulinas regulares e NPH. A Secretaria Estadual de Saúde alegou que a norma violava a competência da União para editar normas gerais sobre políticas públicas de saúde, além de representar criação de benefício sem previsão de fonte de custeio, em afronta ao art. 195, § 5º, da Constituição. Argumentou também usurpação de competência privativa do Chefe do Executivo para dispor sobre a organização administrativa e a gestão orçamentária do Estado. A Defensoria Pública sustentou a constitucionalidade da lei, afirmando que a norma apenas concretiza o dever constitucional de prestação integral das ações e serviços de saúde, sem invadir qualquer competência exclusiva da União ou criar benefício novo. Considerando a repartição constitucional de competências, o federalismo cooperativo e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A lei é inconstitucional porque legisla sobre política farmacêutica do SUS, matéria que integra normas gerais de saúde, cuja competência é privativa da União, nos termos do art. 24, XII e § 1º, da Constituição, não podendo os Estados inovar sem lei complementar autorizadora.
- (B) A lei é inconstitucional por criar obrigação financeira nova ao Estado sem indicar fonte de custeio, violando o art. 195, § 5º, uma vez que toda ampliação de serviços de saúde configura aumento de benefício previdenciário ou assistencial.
- (C) A lei é formalmente inconstitucional porque, ao impor obrigações operacionais ao SUS estadual, viola a iniciativa privativa do Chefe do Executivo para organização da Administração Pública, de acordo com o art. 61, § 1º, II, e, da Constituição.
- (D) A lei é constitucional, pois se insere na competência legislativa concorrente dos Estados em matéria de proteção e defesa da saúde (art. 24, XII), não cria benefício novo, apenas densifica o dever constitucional de atendimento integral previsto nos arts. 23, II, 196 e 198 da CF, não interfere na organização administrativa e não invade normas gerais da União, sobretudo porque os análogos de insulina já se encontram registrados e incorporados ao SUS.
- (E) A lei é constitucional apenas se demonstrado que sua edição decorreu de estudos técnicos prévios realizados pela Secretaria Estadual de Saúde, condição necessária para evitar violação ao princípio da separação dos poderes.

**63**

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou a Lei Estadual n. 9.890/2025, dispondo sobre o compartilhamento de infraestrutura utilizada por concessionárias de energia elétrica e empresas de telecomunicações atuantes no território fluminense. A norma passou a disciplinar preços máximos para o uso de postes, critérios de repartição de capacidades, prazos para celebração de contratos de compartilhamento e encargos adicionais a serem pagos pelas concessionárias de energia elétrica às operadoras de telecomunicações e aos municípios. A CEDAE Energia S.A., concessionária federal responsável pela distribuição em parte do Estado, ingressou com ação direta de inconstitucionalidade, sustentando que a lei estadual invadiu competência privativa da União tanto para legislar sobre energia e telecomunicações, quanto para regular concessões e a política tarifária dos serviços públicos federais. A ALERJ argumentou que a lei buscava proteger o interesse local, evitar ocupação desordenada do espaço urbano e promover segurança pública e eficiência na prestação dos serviços. Considerando o modelo constitucional de repartição de competências e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A lei estadual é válida, pois a organização da infraestrutura física presente no território estadual constitui matéria de interesse predominantemente local, permitindo ao Estado legislar de forma suplementar sobre relações entre concessionárias de energia e telecomunicações.
- (B) A lei estadual é inconstitucional, porque disciplina infraestrutura, condições contratuais, valores máximos e encargos aplicáveis a serviços públicos federais de energia elétrica e telecomunicações, matérias sujeitas à competência privativa da União (arts. 21, XII, “b”; e 22, IV, CF/1988), além de interferir no equilíbrio econômico-financeiro das concessões federais.
- (C) A norma é parcialmente constitucional: o Estado pode fixar regras tarifárias, desde que restritas ao compartilhamento de postes e torres dentro dos limites municipais, mas não pode interferir em aspectos contratuais entre concessionárias.
- (D) A lei estadual é válida, pois a Constituição admite (art. 24, V) competência concorrente para disciplinar o uso de bens públicos, entre os quais se incluem postes e cabos, permitindo ao Estado regular encargos pelo uso compartilhado da infraestrutura.
- (E) A lei é formalmente constitucional porque não altera contratos de concessão, mas apenas fixa padrões técnicos urbanos, sem impacto sobre receitas, tarifas ou obrigações das concessionárias federais.

64

O servidor Roberto, Analista Legislativo da ALERJ, foi designado para auxiliar tecnicamente a Comissão de Acompanhamento de Políticas Públicas de Inclusão Social. Durante o exercício de suas funções, surgiram dúvidas internas sobre a extensão dos poderes das comissões permanentes, especialmente diante de requerimentos para convocar autoridades estaduais, realizar audiências públicas e receber manifestações de cidadãos. Paralelamente, parlamentares da oposição protocolaram pedido de criação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar possíveis irregularidades na execução de contratos da Secretaria Estadual de Assistência Social. Diante do impasse, Roberto elaborou parecer apontando que a atuação das comissões deve observar a repartição de competências constitucionais e regimentais, bem como os parâmetros fixados no art. 58 da Constituição Federal. Considerando o teor do art. 58 da CF/1988 e a doutrina constitucional acerca das comissões legislativas, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As comissões permanentes somente podem votar projetos de lei quando expressamente autorizadas pelo Plenário, pois a Constituição veda a delegação de competência deliberativa na esfera legislativa.
- (B) A criação de comissão parlamentar de inquérito depende de aprovação por maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa, além da demonstração prévia de indícios razoáveis da prática de ilícitos administrativos.
- (C) As comissões permanentes possuem competência constitucional para discutir e votar projetos de lei dispensados de apreciação do Plenário, podem realizar audiências públicas, convocar autoridades, requisitar informações e receber petições, nos termos do art. 58, § 2º, da CF/1988, sendo que as CPIs possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, exigindo apenas fato determinado, prazo certo e requerimento de um terço dos membros da Casa.
- (D) A representação proporcional dos partidos nas comissões é uma faculdade política da Mesa Diretora, não se tratando de exigência constitucional, podendo a constituição das comissões refletir exclusivamente o critério da maioria parlamentar estabelecida após as eleições.
- (E) As comissões parlamentares somente podem solicitar depoimento de autoridades, sendo vedada a convocação de particulares ou cidadãos comuns, cuja oitiva depende de autorização expressa do Ministério Público ou do Poder Judiciário, conforme jurisprudência consolidada do STF.

65

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar possíveis irregularidades em contratos de tecnologia firmados pela Secretaria Estadual de Administração. Durante os trabalhos, a CPI aprovou requerimento determinando a *intimação* de dois Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para que comparecessem como testemunhas, sob pena de condução coercitiva. A defesa institucional do TCE/RJ impetrou mandado de segurança, sustentando que Conselheiros possuem prerrogativas funcionais equiparadas às de Desembargadores, razão pela qual não podem ser intimados compulsoriamente por órgão parlamentar para prestação de depoimento. O presidente da CPI afirmou que a convocação era legítima, já que as CPIs possuem “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”, inclusive para intimar magistrados. Considerando o regime constitucional das CPIs, as prerrogativas dos Conselheiros dos Tribunais de Contas e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os Conselheiros do TCE, por exercerem função essencial de controle externo, não possuem prerrogativa impeditiva à intimação compulsória, sendo obrigados a comparecer perante a CPI sempre que convocados para depoimento testemunhal.
- (B) Os poderes de investigação das CPIs lhes conferem competência para intimar qualquer autoridade pública, inclusive Conselheiros de Tribunais de Contas, equiparados ou não a magistrados, podendo inclusive determinar condução coercitiva.
- (C) A prerrogativa dos Conselheiros do TCE limita-se à inviolabilidade por suas opiniões e votos, não abrangendo imunidade a intimações de CPI, que atua com poderes equivalentes aos do juiz criminal.
- (D) Os Conselheiros do TCE, por possuírem prerrogativas funcionais equiparadas às dos magistrados, *não podem ser intimados*, notificados ou compelidos por CPI para depor, sendo possível apenas o *convite*, sem qualquer caráter coercitivo, ainda que figurem como testemunhas.
- (E) O caráter opinativo dos pareceres do Tribunal de Contas exclui seus Conselheiros das prerrogativas previstas na LOMAN, razão pela qual podem ser intimados pela CPI e submetidos à condução coercitiva caso não compareçam.

**66**

O Tribunal de Contas da União instaurou auditoria operacional para verificar possíveis irregularidades na execução de convênios firmados entre a União e organizações sociais na área de saúde. No curso da fiscalização, constatou-se que uma dessas entidades, embora privada, administrava diretamente recursos federais, contratava pessoal e realizava despesas sem observância dos princípios da legalidade e economicidade. Paralelamente, uma CPI da Câmara dos Deputados requisitou ao TCU documentos e relatórios produzidos na auditoria, afirmando que o órgão estava se omitindo em fornecer informações necessárias ao exercício do controle externo. A entidade fiscalizada, por sua vez, alegou que não estava sujeita à jurisdição do TCU, pois se tratava de organização privada atuando por convênio, não por delegação de serviço público. Diante da controvérsia, considerando os arts. 70 e 71 da Constituição Federal e a natureza do sistema de controle externo, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O TCU somente possui competência fiscalizatória sobre pessoas jurídicas privadas que prestem serviço público delegado, não abrangendo entidades privadas que apenas executem convênios administrativos com repasse de recursos.
- (B) O TCU não pode fiscalizar convênios nem determinar a adoção de medidas corretivas em entidades privadas, pois isso violaria o princípio federativo e a autonomia administrativa das organizações do terceiro setor.
- (C) As CPIs podem requisitar diretamente ao TCU qualquer documento relativo a auditorias em curso, impondo inclusive prazo para entrega, pois seus poderes equiparam-se aos das autoridades judiciais, inclusive sobre órgãos de controle externo.
- (D) Apenas o Congresso Nacional pode requisitar informações ao TCU, sendo vedada essa solicitação por suas Comissões Permanentes ou CPIs, que não integram o sistema constitucional de controle externo.
- (E) O TCU tem competência constitucional para fiscalizar qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que administre, utilize, arrecade ou guarde recursos federais, podendo exigir documentação, aplicar sanções e prestar informações ao Congresso Nacional ou às suas Comissões, inclusive CPIs, nos termos da CF/1988.

**67**

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou Emenda Constitucional instituindo um Regime Fiscal Temporário, destinado à contenção e ao reequilíbrio das contas públicas, impondo limites ao crescimento das despesas primárias de todos os Poderes e órgãos autônomos. A Defensoria Pública estadual sustentou que a medida afetaria sua autonomia administrativa e financeira, violaria o núcleo essencial do direito fundamental à assistência jurídica integral e gratuita e representaria retrocesso social. Propôs, então, ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça fluminense, alegando, também, vício formal na tramitação da emenda e desrespeito a regras regimentais internas. Considerando o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, a jurisprudência do STF e os limites das emendas constitucionais estaduais, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A emenda estadual é inconstitucional por violar a autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública, já que qualquer limitação orçamentária a órgãos autônomos é vedada pelo princípio da separação de poderes.
- (B) A criação de regime fiscal temporário por emenda estadual, ainda que aplicável indistintamente a todos os Poderes, é formalmente inválida, pois questões orçamentárias só podem ser tratadas por lei complementar de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.
- (C) É constitucional a emenda à Constituição estadual que institui regime fiscal temporário e impõe limites ao crescimento das despesas de todos os Poderes e órgãos autônomos, desde que preservado o núcleo essencial do direito à assistência jurídica estatal e não haja interferência indevida em atribuições constitucionais, não configurando retrocesso social nem violação à autonomia da Defensoria Pública.
- (D) As emendas constitucionais estaduais não estão sujeitas ao controle de constitucionalidade exercido pelo STF, salvo quando versarem sobre matéria de competência legislativa privativa da União, o que não ocorre em temas orçamentários.
- (E) O vício formal decorrente da tramitação da emenda em regime de urgência e da ausência de interstício entre turnos de votação enseja inconstitucionalidade insanável, pois viola cláusulas pétreas relacionadas ao devido processo legislativo.

68

A ordem econômica inaugurada pela Constituição de 1988 estrutura-se sobre fundamentos e princípios que visam compatibilizar liberdade de iniciativa, justiça social e a construção de um modelo de desenvolvimento capaz de promover inclusão, eficiência e sustentabilidade. Esses princípios funcionam como vetores interpretativos obrigatórios do legislador e da Administração, condicionando a formulação de políticas públicas e a intervenção estatal no domínio econômico. Dentre eles, destacam-se a valorização do trabalho humano, a livre iniciativa, a função social da propriedade, a defesa do consumidor, a livre concorrência, a redução das desigualdades regionais e sociais, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido às pequenas empresas. A partir da doutrina constitucional e da sistemática da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A livre iniciativa, por constituir fundamento absoluto da ordem econômica, não pode sofrer restrições estatais, sendo inconstitucionais intervenções regulatórias que imponham condicionamentos de natureza concorrencial ou social.
- (B) A função social da propriedade, embora prevista no texto constitucional, não integra os princípios gerais da atividade econômica, mas apenas limita o direito de propriedade em hipóteses excepcionais de desapropriação por interesse público.
- (C) Os princípios gerais da atividade econômica orientam tanto a atuação estatal quanto a iniciativa privada, de modo que políticas públicas, legislações infraconstitucionais e práticas empresariais devem observar a conjugação entre livre iniciativa e justiça social, cabendo ao Estado intervir, normativa ou diretamente, quando necessário à preservação desses valores constitucionais.
- (D) O princípio da defesa do consumidor possui eficácia meramente programática, dependendo de regulamentação legislativa específica para gerar qualquer obrigação vinculante ao setor produtivo.
- (E) A livre concorrência constitui mera diretriz administrativa vinculada ao Poder Executivo, sem capacidade para limitar a atividade empresarial de agentes privados que busquem maximização de lucros por meio de práticas comerciais agressivas.

69

A compreensão dos princípios fundamentais insculpidos nos arts. 1º a 4º da Constituição da República exige abordagem doutrinária densa, pois tais dispositivos formam o núcleo axiológico, normativo e estrutural de todo o sistema constitucional brasileiro, condicionando a interpretação das demais normas constitucionais e infraconstitucionais. Esses princípios, por apresentarem natureza vinculante e caráter estruturante, orientam a conformação do Estado Democrático de Direito, o exercício do poder político, a atuação dos agentes públicos e a inserção internacional do Brasil. À luz da doutrina constitucional contemporânea, especialmente a teoria dos princípios de Robert Alexy, a concepção de Constituição dirigente de Canotilho e o caráter normativo da Constituição defendido por Konrad Hesse, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os princípios fundamentais previstos nos arts. 1º a 4º da Constituição possuem conteúdo meramente programático, destinando-se apenas a orientar futuras políticas públicas, não sendo dotados de eficácia jurídica imediata nem aptos a vincular a atividade estatal ou ser invocados como parâmetro de controle de constitucionalidade.
- (B) O princípio da dignidade da pessoa humana, embora consagrado como fundamento da República, opera apenas como valor moral e fundamento ético-político do Estado, não possuindo densidade normativa suficiente para impor restrições materiais às escolhas legislativas nem para servir como vetor hermenêutico obrigatório na interpretação constitucional.
- (C) A soberania, enquanto fundamento da República, confere ao Estado brasileiro competência irrestrita para atuar no plano internacional, podendo afastar unilateralmente obrigações decorrentes de tratados, ainda que regularmente incorporados ao ordenamento interno, haja vista a prevalência absoluta da vontade estatal sobre compromissos internacionais.
- (D) O pluralismo político, enquanto fundamento estruturante do Estado Democrático de Direito, assegura o reconhecimento da legitimidade e da diversidade de projetos políticos e sociais, vedando práticas estatais que limitem, restrinjam ou inibam o livre funcionamento das agremiações partidárias e dos movimentos sociais dentro dos limites constitucionais, constituindo parâmetro material para o controle de constitucionalidade de leis que comprometam a liberdade política.
- (E) Os princípios que regem as relações internacionais do Brasil (art. 4º) possuem caráter exclusivamente diretivo, destinando-se apenas à orientação política do Presidente da República na condução das relações exteriores, não vinculando a atuação dos demais Poderes nem podendo ser invocados em sede jurisdicional ou de controle de constitucionalidade.

**70**

A Lei n. 9.428/2021 do Estado do Rio de Janeiro dispensou determinados produtos fabricados em território fluminense da incidência do regime de substituição tributária do ICMS, mantendo tal exigência apenas para mercadorias originadas em outros Estados da Federação. A medida, embora justificada pelo legislador estadual como forma de incentivo industrial interno, gerou controvérsia constitucional ao estabelecer distinção tributária fundada exclusivamente na procedência geográfica das mercadorias. À luz do art. 152 da Constituição, que veda a diferenciação tributária por origem ou destino dos bens, bem como dos princípios da neutralidade fiscal (art. 146-A), da isonomia tributária (art. 150, II) e da livre concorrência (art. 170, IV), o STF declarou a norma inconstitucional. Considerando a repartição de competências tributárias, a jurisprudência da Suprema Corte e a estrutura federativa brasileira, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A norma estadual é constitucional, pois os Estados possuem competência legislativa plena em matéria de ICMS, inclusive para definir regimes diferenciados de apuração desde que não impliquem renúncia fiscal expressa, por força dos arts. 155, § 2º, XII e 24, I, da Constituição, sendo irrelevante o fato de tratar desigualmente produtos locais e interestaduais.
- (B) A norma é inconstitucional porque os Estados não podem editar leis que criem tratamento fiscal favorecido para mercadorias produzidas em seu território, já que isso viola a vedação de diferenciação tributária por procedência (art. 152), rompe a neutralidade fiscal (art. 146-A) e afronta a isonomia entre contribuintes situados em condições equivalentes, configurando restrição ilícita à concorrência e burla ao pacto federativo.
- (C) A norma é constitucional, pois o art. 152 da Constituição admite diferenciação tributária entre bens procedentes de outros entes quando a discriminação decorre de política de proteção ao desenvolvimento regional, matéria inserida na competência concorrente dos Estados prevista no art. 24, I, da CF/1988.
- (D) A norma é constitucional parcialmente, pois a vedação do art. 152 da CF limita apenas os Municípios, não os Estados, razão pela qual a diferenciação seria válida se restrita a operações internas, sendo inválida apenas quando produz efeitos extraterritoriais.
- (E) A norma é inconstitucional exclusivamente por violar o art. 170, IV, da CF/1988, que assegura a livre concorrência, sem implicar afronta ao art. 152 da Constituição, já que o dispositivo se refere apenas à cobrança de impostos interestaduais e não aos regimes de substituição tributária internos.

**Noções de Administração**

**Cassiano Salim, Lucas Lemos, Elvis Miranda, Raphael Spyere, Bruno Eduardo, Flávio Assis**

**71**

Uma secretaria estadual decidiu revisar sua rotina de trabalho após auditoria apontar retrabalho, filas para atendimento presencial e baixa entrega de resultados em políticas finalísticas. No relatório interno, um gestor afirma: “precisamos planejar metas, organizar recursos, dirigir equipes e controlar indicadores; isso é gestão, não administração”. Outro rebate: “as funções que você citou são administração; gestão é outra coisa”. Considerando conceitos fundamentais, escolas clássicas e PODC, assinale a alternativa correta.

- (A) O primeiro gestor está correto ao separar gestão (foco em pessoas e resultados) de administração (foco em estrutura), pois o PODC é um ciclo tipicamente gerencial e não administrativo.
- (B) O segundo gestor está correto, pois, na tradição clássica (Taylor e Fayol), administração e gestão são sinônimos operacionais, e o PODC constitui um núcleo universal de funções administrativas.
- (C) Ambos estão errados, pois PODC é um modelo contemporâneo que substituiu as escolas clássicas; Taylor e Fayol não reconheciam funções administrativas.
- (D) Ambos estão corretos, pois administração refere-se apenas ao setor público, enquanto gestão é típica do setor privado.
- (E) O segundo gestor está errado, pois Fayol tratava exclusivamente do controle e da disciplina, enquanto o planejamento era uma inovação posterior do gerencialismo.

**72**

Um órgão público lançou um projeto de digitalização de requerimentos para reduzir filas e tempo de espera do cidadão. Após seis meses, o relatório mostrou:

- o projeto foi executado dentro do orçamento previsto e no prazo planejado;
- o tempo médio de espera caiu de 50 para 20 minutos;
- ainda não há dados suficientes para afirmar melhora em indicadores amplos de confiança da população no órgão.

À luz dos conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, assinale a alternativa correta.

- (A) O projeto foi efetivo, pois cumpriu prazo e orçamento, e foi eficiente porque melhorou a confiança social.
- (B) O projeto foi eficaz, mas não eficiente, porque reduziu tempo de espera sem comprovar impacto social amplo.
- (C) O projeto foi eficiente e eficaz, mas não há evidências suficientes de efetividade até o momento.
- (D) O projeto foi apenas eficiente, pois resultados imediatos não podem ser considerados eficácia.

(E) O projeto não foi eficaz, porque a efetividade ainda não foi comprovada.

### 73

Considere as características abaixo relacionadas a modelos de gestão pública:

- I – Ingresso e promoção por mérito, regras formais e impessoalidade.
- II – Prioridade para resultados, metas, indicadores e avaliação de desempenho.
- III – Distribuição de cargos e benefícios por vínculos pessoais e políticos.

Assinale a alternativa que associa corretamente cada característica ao respectivo modelo.

- (A) I–Burocracia; II–Nova Gestão Pública; III–Patronagem.
- (B) I–Patronagem; II–Burocracia; III–Nova Gestão Pública.
- (C) I–Nova Gestão Pública; II–Burocracia; III–Patronagem.
- (D) I–Burocracia; II–Patronagem; III–Nova Gestão Pública.
- (E) I–Patronagem; II–Nova Gestão Pública; III–Burocracia.

### 74

Um cidadão solicita presencialmente acesso a “todas as notas técnicas internas que embasaram a contratação emergencial de uma empresa de TI”, alegando urgência. A servidora informa que o pedido deve seguir o canal formal da LAI e que há prazo legal para resposta. O cidadão insiste em receber ali mesmo, afirma que “a publicidade é imediata”, grava a conversa e exige que o conteúdo seja entregue “sem filtragem”. Considerando a **Lei n. 12.527/2011 (LAI), Decreto n. 9.094/2017 (simplificação)** e princípios do atendimento de qualidade, assinale a alternativa correta quanto à conduta da servidora.

- (A) Deve fornecer imediatamente todo o material, pois o princípio da publicidade impede qualquer exigência de protocolo ou prazo.
- (B) Deve negar o atendimento na hora, pois notas técnicas internas são, por definição, documentos sigilosos.
- (C) Pode recusar-se a seguir atendendo enquanto estiver sendo gravada, para evitar exposição funcional.
- (D) Deve manter postura cordial e técnica, registrar o pedido no canal adequado, explicar prazos e possibilidades de recurso e esclarecer que eventual restrição de acesso depende de hipótese legal específica de sigilo.
- (E) Deve encaminhar o cidadão à chefia, pois somente autoridade superior pode orientar pedidos baseados na LAI.

### 75

Uma autarquia federal pretende reestruturar o atendimento ao cidadão após diagnóstico que revelou:

Filas extensas no presencial, com concentração de demanda em horários específicos; grande variabilidade entre unidades quanto a prazos, documentos exigidos e orientações prestadas; baixa compreensão do público sobre quais serviços existem e como acessá-los; barreiras de acessibilidade física e comunicacional; e ausência de indicadores padronizados para monitorar o desempenho do atendimento.

Considerando **organização e padronização do atendimento, Carta de Serviços ao Cidadão, sistemas de senhas/agendamento, ambientes acolhedores/sinalizados** e princípios de atendimento de qualidade, assinale a alternativa que apresenta o conjunto **mais completo, coerente e alinhado** às diretrizes atuais de gestão pública.

- (A) Padronizar fluxos somente por meio de instruções internas, mantendo livre demanda no presencial; ampliar o atendimento telefônico e digital, deixando a Carta de Serviços como documento opcional para consulta eventual.
- (B) Elaborar Carta de Serviços com requisitos, etapas, prazos e canais; implementar triagem com senhas e agendamento para equilibrar demanda; redesenhar o ambiente físico com sinalização clara e acessibilidade; garantir acessibilidade comunicacional (ex.: Libras, recursos textuais); e instituir indicadores de tempo, resolutividade e satisfação para controle contínuo.
- (C) Concentrar esforços na reforma do espaço físico e em treinamento de cortesia dos atendentes, pois o acolhimento reduz a necessidade de padronização documental e de indicadores.
- (D) Extinguir o atendimento presencial, adotando exclusivamente canais digitais e terceirizando recepção remota, pois a eficiência administrativa se sobrepõe a eventuais limites de acessibilidade.
- (E) Priorizar apenas o aumento de pessoal nos horários de pico e a criação de metas individuais para atendentes, pois a variabilidade nos fluxos decorre principalmente de desempenho humano.

### 76

Em relação às práticas adequadas no uso do correio eletrônico (e-mail), é correto afirmar que:

- (A) o uso de abreviações informais é sempre recomendado para agilizar a comunicação profissional.
- (B) é permitido encaminhar documentos oficiais por e-mail, desde que haja certificação digital que garanta a autenticidade do remetente.
- (C) todo e-mail deve seguir um modelo padronizado e rígido, semelhante ao de ofícios e memorandos.
- (D) recomenda-se evitar títulos objetivos, pois podem limitar a criatividade do conteúdo.

(E) é proibido enviar anexos em formato PDF quando se tratar de comunicação institucional.

### 77

Durante uma rotina de gestão documental na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), a equipe do arquivo identificou grande acúmulo de processos administrativos de diferentes tipos, alguns já encerrados há anos. O gestor solicitou que os profissionais aplicassem a tabela de temporalidade institucional para decidir quais documentos deveriam ser transferidos ao arquivo intermediário, quais deveriam ser eliminados e quais deveriam ser recolhidos ao arquivo permanente. Considerando o ciclo vital dos documentos e as funcionalidades da tabela de temporalidade, assinale o item correto.

- (A) A tabela de temporalidade define exclusivamente os tipos de documentos que serão eliminados, não contemplando documentos de guarda permanente.
- (B) Ao aplicar a tabela de temporalidade, o profissional de arquivo deve considerar apenas o valor secundário dos documentos, pois o valor primário é analisado apenas na fase intermediária.
- (C) Um processo administrativo encerrado deve ser imediatamente recolhido ao arquivo permanente, independentemente da análise de prazo ou valor atribuída pela tabela de temporalidade.
- (D) A tabela de temporalidade orienta os prazos de permanência dos documentos nas idades corrente e intermediária e define sua destinação final, seja eliminação ou guarda permanente.
- (E) A aplicação da tabela de temporalidade é facultativa na administração pública, devendo ser utilizada apenas quando os setores acumularem grande número de documentos antigos.

### 78

Nos termos da Lei Geral de Acesso à Informação - Lei n. 12.527/2011, avalie as afirmativas a seguir, julgando-as como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, dependentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- ( ) O acesso a informações públicas será assegurado exclusivamente mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público.
- ( ) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.

As afirmativas são, na ordem apresentada,

- (A) V – F – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) V – V – V.
- (E) F – F – F.

### 79

A Coordenadoria de Suprimentos da ALERJ recebeu recomendação do controle interno para reforçar os mecanismos de rastreabilidade dos bens patrimoniais adquiridos via contratos públicos. Constatou-se que móveis e equipamentos estavam sendo distribuídos às unidades sem registro imediato no sistema patrimonial, o que dificultava auditorias e conferências físicas. Além disso, houve atraso na formalização do contrato de fornecimento, o que comprometeu o prazo de entrega. Considerando as normas de licitações, contratos e controle patrimonial na Administração Pública, a medida mais adequada para sanar simultaneamente os problemas de rastreabilidade e conformidade contratual é:

- (A) Adotar exclusivamente controles manuais de entrada e saída de bens, reforçando a conferência física sem alterar procedimentos contratuais.
- (B) Implementar o tombamento prévio dos bens antes da assinatura do contrato, garantindo rastreabilidade desde a fase interna da licitação.
- (C) Integrar o sistema de controle patrimonial ao módulo de contratos, garantindo registro automático dos bens recebidos imediatamente após o atesto.
- (D) Centralizar todas as entregas no gabinete do Coordenador, eliminando a necessidade de controle sistêmico.
- (E) Determinar que os fornecedores assumam integralmente o controle patrimonial até a distribuição final dos bens às unidades.

### 80

No que se refere ao papel do Poder Legislativo na gestão pública, especialmente quanto à fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial da Administração Pública, julgue as afirmativas abaixo:

- I – A Constituição Federal atribui ao Poder Legislativo a competência para exercer o controle externo, cabendo aos Tribunais de Contas apreciar, mediante parecer prévio, as contas anuais prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.
- II – A atuação dos Tribunais de Contas é de auxílio técnico ao Poder Legislativo, razão pela qual seus pareceres são sempre opinativos, sem força de decisão própria.
- III – O controle externo exercido pelo Poder Legislativo abrange a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de recursos e renúncia de receitas.

IV – O julgamento das contas dos administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos é competência dos Tribunais de Contas, independentemente de manifestação posterior do Poder Legislativo.

Assinale a opção correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (E) Todas as afirmativas estão corretas.



**1º Simulado**  
**Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro**  
**Especialista Legislativo Nível III – Administração Geral (Pós-Edital)**

**GABARITO**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	A	C	C	B	B	C	C	C	E
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	E	C	C	D	A	E	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	A	B	C	D	E	B	C	D	E
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	A	E	D	E	D	B	C	E
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
B	B	C	D	C	B	E	A	A	C
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
C	C	C	C	C	C	E	E	A	A
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
A	D	B	C	D	E	C	C	D	B
71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
B	C	A	D	B	B	D	B	C	B

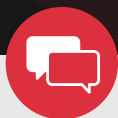


## SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



### QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



### ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despensa nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



### MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



### A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

## ALERJ - 1º SIMULADO - ESPECIALISTA LEGISLATIVO NÍVEL III - ADMINISTRAÇÃO GERAL (PÓS-EDITAL)

### Língua Portuguesa

#### Lucas Lemos

1

Leia o fragmento abaixo para responder à questão:

“Pesquisas recentes revelam que a poluição sonora nas grandes cidades ultrapassa, em muitos casos, os limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde. O excesso de ruídos constantes pode provocar estresse, distúrbios do sono e até prejuízos cardiovasculares.”

A função predominante no fragmento é:

- (A) apresentar uma sequência de ações encadeadas no tempo.
- (B) caracterizar sensações por meio de descrições subjetivas.
- (C) defender um ponto de vista sobre políticas urbanas.
- (D) informar dados e explicar fenômenos de modo objetivo.
- (E) instruir o leitor sobre como evitar problemas causados pelo ruído.

#### Letra d.

**Assunto abordado:** Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo.

O texto expõe informações sobre a poluição sonora: apresenta pesquisas, mostra limites recomendados e explica possíveis consequências para a saúde. Não há defesa de opinião, nem instrução, nem descrição subjetiva — apenas transmissão objetiva de dados e explicações, traço central da tipologia expositiva. O foco é informar e esclarecer, e não convencer ou narrar fatos.

2

Assinale a alternativa em que o adjetivo destacado funciona como adjetivo de relação.

- (A) A equipe visitou uma comunidade **mineradora**, cuja economia depende diretamente da extração de minério.
- (B) Depois da tempestade, caminhamos pela trilha **lamacenta**, dificultando o avanço até o mirante.
- (C) O palestrante apresentou uma explicação **clara**, facilitando o entendimento do tema pelos iniciantes.
- (D) O atleta concluiu a corrida **exausto**, mas satisfeito com seu desempenho.
- (E) A professora recebeu os alunos com uma postura **acolhedora**, criando um ambiente leve para a aula.

#### Letra a.

**Assunto abordado:** Classes de palavras, aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições, modalizadores.

O adjetivo “mineradora” estabelece uma relação objetiva entre “comunidade” e “mineração”, indicando atividade, origem ou finalidade — traço típico do adjetivo de relação. Esse tipo de adjetivo não expressa qualidade subjetiva e não admite gradação (*muito mineradora não funciona*), além de derivar de um substantivo (*mineração*).

Nas demais alternativas, os adjetivos — *lamacenta, clara, exausto, acolhedora* — expressam qualidades, estados ou características, que podem ser intensificados (*muito lamacenta, muito acolhedora* etc.). Por isso, são adjetivos qualificativos, e não de relação.

3

Em relação à colocação pronominal, assinale a alternativa correta.

- (A) Me avisaram pela manhã que a defesa do projeto foi adiada.
- (B) Nunca observou-se tanta precisão nos resultados daquele laboratório.
- (C) Talvez, diga-me algo mais concreto depois da conferência.
- (D) O palestrante entregará-lhe o certificado ao término da apresentação.
- (E) Que comentaram-nos sobre a alteração do cronograma.

#### Letra c.

**Assunto abordado:** Organização sintática das frases: termos e orações.

- (A) Errada. Não se deve iniciar frase com pronome oblíquo átono. O adequado seria: *Avisaram-me*.
- (B) Errada. O advérbio é forte fator de atração, exigindo próclise: *nunca se observou*.
- (C) Certa. Após advérbio isolado por vírgula, não ocorre próclise. A vírgula quebra a força atrativa e exige ênclise: *diga-me*.
- (D) Errada. O verbo no futuro não aceita ênclise; exige mesóclise se não houver fator de atração: *entregar-lhe-á*.
- (E) Errada. A conjunção “que” é elemento de atração obrigatória, impondo próclise: *que nos comentaram*.

4

Observe a frase:

**Houve** inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado.

A forma destacada pode ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original, por:

- (A) Ocorreu inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado.
- (B) Tinha inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado.
- (C) Existiram inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado.
- (D) Apresentou inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado.
- (E) Surgiu inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado.

**Letra c.**

**Assunto abordado:** Organização sintática das frases: termos e orações.

Na frase original, o verbo **haver** está empregado com sentido de *existir*, razão pela qual se torna impessoal e permanece sempre na 3ª pessoa do singular: *Houve inúmeras solicitações*. Ao substituí-lo, o verbo **existir** mantém o sentido original e a concordância. Diferentemente de **haver**, **existir** é pessoal e deve concordar com o sujeito “inúmeras solicitações”: *Existiram inúmeras solicitações para revisar o procedimento adotado*. As demais alternativas comprometem a correção por não apresentar a concordância adequada. Além disso, é preciso lembrar que o verbo “ter” apenas poderá ser usado no sentido de possuir.

5

Assinale a alternativa em que o termo destacado pertence a uma classe gramatical diferente das demais.

- (A) O professor ficou **bastante** satisfeito com o desempenho da turma.
- (B) Tenho **bastante** material para revisar antes da prova.
- (C) A aluna estava **bastante** nervosa antes da apresentação.
- (D) Estudamos **bastante** para a avaliação final.
- (E) O conteúdo deste capítulo é **bastante** complexo.

**Letra b.**

**Assunto abordado:** Classes de palavras, aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições, modalizadores.

Nas alternativas “a”, “c”, “d” e “e”, o termo “bastante” funciona como advérbio de intensidade, pois modifica adjetivos (*bastante satisfeito*, *bastante nervosa*, *bastante complexo*) ou verbos (*estudamos bastante*). Já na alternativa “b”, o termo “bastante” está ligado diretamente ao

substantivo “material”, exercendo o papel de pronome indefinido, quantificando-o de forma imprecisa (*muita quantidade de material*). Assim, “b” é a única alternativa em que o termo destacado pertence a uma classe gramatical diferente das demais.

6

Assinale a alternativa em que os vocábulos apresentam relação de sinonímia.

- (A) parcimonioso / imprudente
- (B) exíguo / diminuto
- (C) efêmero / perene
- (D) altivo / submisso
- (E) reticente / expansivo

**Letra b.**

**Assunto abordado:** antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos.

- (A) Errada. Parcimonioso (econômico, moderado) e imprudente (sem cautela): ideias opostas.
- (B) Certa. As palavras **exíguo** e **diminuto** compartilham o sentido de *muito pequeno, reduzido, indicando pouco volume ou pouca quantidade*.
- (C) Errada. Efêmero (passageiro) e perene (duradouro): antônimos diretos.
- (D) Errada. Altivo (orgulhoso, arrogante) e submisso (humilde, obediente): sentidos contrários.
- (E) Errada. Reticente (reservado) e expansivo (aberto, comunicativo): opostos.

7

Leia a frase seguinte:

*A cidade, cansada após tantos dias de caos, finalmente respirou aliviada com o amanhecer.*

Assinale a alternativa que indica a figura de linguagem empregada no trecho.

- (A) Antítese
- (B) Metonímia
- (C) Personificação
- (D) Comparação
- (E) Hipérbole

**Letra c.**

**Assunto abordado:** Semântica: sentido próprio e figurado.

No trecho, a cidade é descrita como se pudesse sentir cansaço e respirar aliviada, ações próprias de seres humanos. Essa atribuição de características humanas a algo não humano caracteriza a personificação (ou prosopopeia). As demais alternativas não se aplicam: antítese é oposição entre ideias; metonímia é substituição por contiguidade (parte pelo todo, autor pela obra etc.); comparação exige conectivo comparativo (“como”, “tal qual”); e hipérbole é um exagero intencional.

8

Analise a frase a seguir:

*Ela cancelou a viagem por estar se sentindo muito mal.*  
A preposição “por”, no trecho acima, expressa a seguinte relação semântica:

- (A) Finalidade
- (B) Companhia
- (C) Causa
- (D) Comparação
- (E) Concessão

**Letra c.**

**Assunto abordado:** Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.

Na frase apresentada, a preposição “por” introduz o motivo que levou ao cancelamento da viagem: por estar se sentindo muito mal. A preposição “por” seguida de um verbo no infinitivo indicará causa; por isso, a letra “c” está correta.

9

Considerando as regras de acentuação gráfica, assinale a alternativa que justifica adequadamente o acento das três palavras a seguir: “tráfico”, “saída” e “anéis”.

- (A) Todas são proparoxítonas.
- (B) Todas apresentam hiato.
- (C) Uma é proparoxítona; outra apresenta hiato; e a última é oxítona terminada em ditongo.
- (D) Todas são oxítonas terminadas em “éis”.
- (E) Uma é paroxítona com ditongo; outra é oxítona; e a última é paroxítona com hiato.

**Letra c.**

**Assunto abordado:** Ortografia e acentuação gráfica.

A palavra “tráfico” é proparoxítona, devendo ser acentuada obrigatoriamente; “saída” é acentuada por conter hiato; e “anéis” é oxítona terminada em ditongo crescente (éis), sendo acentuada pela regra das oxítonas terminadas ditongos abertos (éis, éu, ói).

10

Assinale a alternativa em que o uso da crase está correto.

- (A) O diretor referiu-se à pedido dos funcionários durante a reunião.
- (B) Entreguei o relatório à ele assim que finalizei a análise.
- (C) A reunião ocorrerá à partir das nove horas.
- (D) O pesquisador retornou a instituição onde iniciou sua carreira.
- (E) As explicações foram dadas à medida que os dados eram apresentados.

**Letra e.**

**Assunto abordado:** A crase.

(A) Errada. Não se usa sinal indicativo de crase antes de palavras masculinas.

(B) Errada. Não ocorre crase antes de pronome pessoal do caso reto ou oblíquo tônico.

(C) Errada. Não se usa sinal indicativo de crase antes de verbos.

(D) Errada. Faltou empregar o sinal indicativo de crase na sentença para indicar a fusão da preposição “a” exigida por “retornou” com artigo “a” que acompanha o substantivo feminino “instituição”.

(E) Certa. A locução “à medida que” leva o sinal indicativo de crase por ser uma locução feminina. Trata-se de um acento fixo.

## Raciocínio Lógico-Matemático

**Diego Ribeiro**

11

Considere as proposições:

A: “Todo parecer técnico emitido pela assessoria legislativa foi revisado pela Comissão de Finanças.”

B: “Algum parecer técnico emitido pela assessoria legislativa não foi revisado pela Comissão de Finanças.”

A relação lógica entre A e B é:

- (A) A e B são ambas verdadeiras
- (B) A implica B
- (C) B implica A
- (D) B é a negação lógica de A
- (E) A e B são independentes entre si

**Letra d.**

**Assunto abordado:** Lógica de primeira ordem.

Escrevendo A e B em linguagem de quantificadores:

A: “Todo parecer técnico foi revisado.”

Em lógica, isso é:  $\forall x (P(x) \rightarrow R(x))$

onde  $P(x)$  = “x é parecer técnico emitido pela assessoria” e  $R(x)$  = “x foi revisado pela Comissão de Finanças”.

B: “Algum parecer técnico não foi revisado.”

Em lógica:  $\exists x (P(x) \wedge \neg R(x))$

Sabemos que:

- A negação de “todo” ( $\forall$ ) é “existe algum” ( $\exists$ ) + NÃO.
- A negação de “se P então R” não é trivial, mas aqui a leitura de A é: “não existe parecer técnico sem revisão”.

A forma equivalente de A é:

A:  $\neg \exists x (P(x) \wedge \neg R(x))$

Ou seja, A: “não existe parecer técnico que não foi revisado”.

Já B é exatamente:  $\exists x (P(x) \wedge \neg R(x))$

Comparando:

A:  $\neg \exists x (P(x) \wedge \neg R(x))$

B:  $\exists x (P(x) \wedge \neg R(x))$

Logo, B é a negação lógica de A, pois diz exatamente o contrário.

12

Em um levantamento interno da ALERJ, foram coletados dados sobre três conjuntos de servidores:

- L: servidores lotados em comissões permanentes;
- C: servidores com experiência em consultoria orçamentária;
- J: servidores habilitados em linguagem jurídica avançada.

Sabe-se que:

- Todo servidor com experiência em consultoria orçamentária é lotado em comissão permanente.
- Existe servidor lotado em comissão permanente que não é habilitado em linguagem jurídica avançada.
- Há servidor habilitado em linguagem jurídica avançada que não tem experiência em consultoria orçamentária.

Assinale a alternativa que apresenta o diagrama de conjuntos que necessariamente representa essa situação.

- (A) C está contido em L, e J está contido em C
- (B) C está contido em L, e J é disjunto de C
- (C) C está contido em L, e J tem interseção com L, mas não está contido em C
- (D) L está contido em C, e J está contido em L
- (E) L, C e J são três conjuntos mutuamente disjuntos

Letra c.

**Assunto abordado:** Conjuntos e diagramas lógicos; relações de inclusão e interseção.

Analisemos as informações:

“Todo servidor com experiência em consultoria orçamentária é lotado em comissão permanente.”

Isso significa:  $C \subset L$  ( $C \subset L$ ).

“Existe servidor lotado em comissão permanente que não é habilitado em linguagem jurídica avançada.”

Tradução: existe elemento em L que não pertence a J.

Logo, L não está contido em J. Há parte de L fora de J.

“Há servidor habilitado em linguagem jurídica avançada que não tem experiência em consultoria orçamentária.”

Tradução: existe elemento em J que não está em C.

Logo, J não está contido em C. E também sabemos que J não é subconjunto de C.

Agora, verifiquemos alternativas:

(A)  $C \subset L$  e  $J \subset C$

Se J está contido em C, então qualquer elemento de J também está em C. Isso contradiz a informação 3, que diz que existe elemento em J que não está em C. Logo, a) é falsa.

(B)  $C \subset L$  e J é disjunto de C

Se J e C não têm interseção, então nenhum servidor é, ao mesmo tempo, habilitado em J e com experiência em C. A informação 3 não proíbe existência de interseção; apenas exige que haja um J fora de C. Não diz que não há J dentro de C. Logo, afirmar disjunção é mais forte que o enunciado e pode ser falsa. Não é necessariamente o diagrama correto.

# ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



## FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



## TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



## VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



## TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



## NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



## TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora